

ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 -CPI-9

## Edital 39/2026

### Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
39/2026	180362-ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 - CPI-9	DAIANE RAIMUNDO AUGUSTO	25/05/2026 14:18 (v 0.7)
Status	DISPONIBILIZADO		

### Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	75/2026	20260164568

### 1. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CPI-9

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO  
UGO 180.04 – POLÍCIA MILITAR  
UGE 180362 – CPI-9

## PREGÃO ELETRÔNICO

362/0030/26  
90031/420/26

### CONTRATANTE (UASG)

(180362)

### OBJETO

*AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (COPA) PARA A SEDE DO CPI-9 E UNIDADES SUBORDINADAS.*

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 122.937,02 (CENTO E VINTE DOIS MIL, NOVECENTOS E TRINTA E SETE REAIS E DOIS CENTAVOS).

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

DATA DA SESSÃO: 10/06/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 09H00 ÀS 15H00.

LINK: [WWW.GOV.BR/COMPRAS](http://WWW.GOV.BR/COMPRAS)

## **Critério de Julgamento:**

MENOR PREÇO POR ITEM

## **Modo de disputa:**

ABERTO

## **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM

## Sumário

1. DO OBJETO.. 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS. 6
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.. 6
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.. 8
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. 9
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 10
7. DA FASE DE JULGAMENTO.. 15
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.. 17
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 19
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA. 19
11. DOS RECURSOS. 19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 20
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.. 23
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 23

**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR NOVE**  
**UGE180362**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 362/0030/26**

**(Processo Administrativo nº Nº CPI9 – 20260164568 - 57.00080595/2026-42)**

Torna-se público que a **Secretaria de Segurança Pública** por meio do **Comando de Policiamento do Luiz, Piracicaba /SP Interior Nove** denominado **CPI-9**, situado no endereço **Rua Américo Vespúcio nº 438, Bairro São Luiz, Piracicaba /SP, Cep: 13405-374**, realizará licitação, na modalidade **Pregão**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

## 1. DO OBJETO

- O objeto da presente licitação é aquisição de Gêneros Alimentícios (COPA) para sede do CPI-9 Comando de Policiamento do Interior - Nove Piracicaba/SP e unidades subordinadas, conforme especificações dos Termos de Referência e apensos, bem como condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, conforme detalhamento abaixo.

### SEDE DO COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR NOVE – CPI-9

A entrega dos materiais deverá ser realizada na Rua Américo Vespúcio nº 438, Bairro São Luis, Piracicaba-SP, CEP: 13405-374. e-mail: [cpi9logisitica@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:cpi9logisitica@policiamilitar.sp.gov.br) Tel: (19) 3421-4515 ramal 2042/2044.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	3248259 Café: Tipo: Superior Torrado e Moído	463582	Pacote 500 gr	965	R\$ 34,73	R\$ 33.514,45
2	44287910 – Açúcar Cristal	603269	Embalagem 1 Kg	354	R\$ 3,33	R\$ 1.178,82
TOTAL						R\$ 34.693,27

**SEDE DO 10ºBAEP**

A entrega dos materiais deverá ser realizada na Rua Maringá, nº 450, Pq Taquaral, Piracicaba/SP, CEP: 13423-514,

- Setor de Logística e-mail: [10baepp4@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:10baepp4@policiamilitar.sp.gov.br) Tel: (19) 3424-1521.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
3	4577582 - Biscoito Tipo Amanteigado	625251	Pacote 280 gr	400	R\$ 7,50	R\$ 3.000,00
4	4575342 - Torrada Salgada	467288	Pacote 142 gr	400	R\$ 5,40	R\$ 2.160,00
5	5300355 - Paçoca	462646	Embalagem 1 Kg	5	R\$ 31,63	R\$ 158,15
6	4428692 - Açúcar Refinado	463996	Embalagem 1 Kg	200	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
7	5410762 - Café Torrado Moído, Tipo 8	618302	Caixa 250 gr	424	R\$ 19,47	R\$ 8.255,28
8	3248275 - Café Torrado em Grão	463572	Embalagem 1 Kg	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
9	6001947 - Adoçante	625668	Frasco 100 mililitro	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00
10	6251048 - Coador Descartável Café	380323	Caixa 30 un	50	R\$ 6,12	R\$ 306,00
11	6283381 - Talher Descartável, Tipo mexedor de café	355015	Caixa 1000 un	2	R\$ 40,00	R\$ 80,00
12	4525930 - Chá, Tipo Chá Mate	236613	Caixa 250 gr	11	R\$ 10,00	R\$ 110,00

						<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 16.169,43</b>
--	--	--	--	--	--	--------------	----------------------

<p align="center"><b>SEDE DO 24ºBPM</b></p> <p align="center"><b>/I</b></p> <p>A entrega dos materiais deverá ser realizada na Rua Odilon de Paula Gião, 69, Nova São João, São João da Boa Vista SP e-mail: 24bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br Tel: (19) 36331186.</p>							
--	--	--	--	--	--	--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
13	3248259 - Café Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Média, Tipo: Superior.	463582	Pacote 500 gr	184	R\$ 31,88	R\$ 5.865,92
14	4428790 - Açúcar Tipo: Cristal, Coloração: Branca	603269	Embalagem 5 Kg	25	R\$ 17,94	R\$ 448,42
15	1314629 - Biscoito Sabor: Salgado, Tipo: Cream Cracker	622355	Pacote 500 gr	150	R\$ 10,40	R\$ 1.559,50
16	4577060 - Biscoito Milho, Tipo: Rosquinha	477541	Pacote 500 gr	63	R\$ 8,93	R\$ 562,38
17	4577167 - Biscoito Chocolate, Tipo: Rosquinha	460241	Pacote 500 gr	60	R\$ 9,75	R\$ 584,80
18	3317927 - Café Apresentação: Torrado Em Grão, Intensidade: Média, Tipo: Tradicional	463572	Embalagem 1 Kg	25	R\$ 82,26	R\$ 2.056,58
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 11.077,60</b>

<p align="center"><b>SEDE DO 36ºBPM/I</b></p> <p>A entrega dos materiais deverá ser realizada na Rua João Picinini, 100, Jardim Laranjeiras, Limeira /SP e-mail: 36bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br Tel: (19) 3443-5701.</p>							

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
19	3248259 - Café Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Média, Tipo: Superior.	463582	Pacote 500 gr	900	R\$ 27,26	R\$ 24.536,25
20	4428790 - Açúcar Tipo: Cristal, Coloração: Branca	603269	Embalagem  5 Kg	500	R\$ 16,09	R\$ 8.045,90
21	1314629 - Biscoito Sabor: Salgado, Tipo: Cream Cracker	622355	Pacote 140 gr	500	R\$ 3,89	R\$ 1.945,00
22	4577060 - Biscoito Milho, Tipo: Rosquinha	477541	Pacote 500 gr	485	R\$ 8,95	R\$ 4.339,54
23	4577159 - Biscoito Sabor: Coco	292018	Pacote 500 gr	400	R\$ 7,04	R\$ 2.815,64
24	5102804 - Biscoito Sabor: Chocolate e Avelã, Tipo: Wafer	402680	Pacote 140 gr	400	R\$ 3,64	R\$ 1.456,12
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 43.138,45</b>
<p align="center"><b>SEDE DO 37ºBPM</b></p> <p align="center"><b>/I</b></p> <p>A entrega dos materiais deverá ser realizada na Rodovia Washington Luiz KM 172 Jardim Anhanguera, Rio Claro - SP, CEP: 13501-600. e-mail: <a href="mailto:37bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br">37bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br</a> Tel: (19) 35249898.</p>						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
25	4577159 - Biscoito Sabor: Coco	292018	Pacote 500 gr	216	R\$ 4,60	R\$ 993,60

26	5102804 - Biscoito Sabor: Chocolate e Avelã Tipo: Wafer	402680	Pacote 140 gr	40	R\$ 3,51	R\$ 140,40
27	1323806 - Biscoito Sabor: Salgado, Tipo: Cream Cracker	232930	Pacote 140 gr	117	R\$ 4,52	R\$ 528,84
28	4595742 - Margarina Mínimo 80% Lípidios	463699	Pote 500gr	15	R\$ 7,65	R\$ 114,75
29	4103769 – Coador Descartável	237589	Caixa 30 Un	129	R\$ 3,85	R\$ 496,65
30	3248259 - Café Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Média, Tipo: Superior.	463582	Pacote 500 gr	547	R\$ 28,49	R\$ 15.584,03
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 17.858,27</b>

2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
  - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
  - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



4. *Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.*
5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
  1. *Para os itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*
    1. *O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*
  2. *Considerando o valor estimado do item objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*
6. Não poderão disputar esta licitação:
  1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
  2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
  3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
  4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  8. agente público do órgão ou entidade licitante;
  9. *aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.*
7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
  1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
10. *Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.*
  1. *Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.*

## 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *[preço] / [percentual de desconto]* (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
  1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição [Federal](#);
  3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10)* deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021 [excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.](#)
  1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
  2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
  3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
  4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte 3.10).
5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  1. [Valor do item]
  2. Marca;
  3. Fabricante;
  4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.
2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
6. *As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.*
  1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
  2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
7. O licitante somente poderá oferecer lance de *[valor inferior]* (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

O intervalo mínimo de diferença de *[valores]* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser para os itens de 01 a 30 conforme tabela abaixo:

SEDE DO COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR NOVE – CPI-9						
A entrega dos materiais deverá ser realizada na Rua Américo Vespúcio nº 438, Bairro São Luis, Piracicaba-SP, CEP: 13405-374. e-mail: cpi9logisitica@policiamilitar.sp.gov.br Tel: (19) 3421-4515 ramal 2042/2044.						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR ENTRE LANCES  DO VALOR TOTAL DO ITEM
1	3248259 Café: Tipo: Superior Torrado e Moído	Pacote 500 gr	965	R\$ 34,73	R\$ 33.514,45	R\$ 168,00

2	44287910 – Açúcar Cristal	Embalagem  1 Kg	354	R\$ 3,33	R\$ 1.178,82	R\$ 6,00
---	------------------------------	-----------------------	-----	----------	--------------	----------

**SEDE DO 10ºBAEP**

A entrega dos materiais deverá ser realizada na Rua Maringá, nº 450, Pq Taquaral, Piracicaba/SP, CEP: 13423-514, - Setor de Logística. e-mail: 10baepp4@policiamilitar.sp.gov.br Tel: (19) 3424-1521.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR ENTRE LANCES  VALOR TOTAL DO ITEM
3	4577582 - Biscoito Tipo Amanteigado	Pacote 280 gr	400	R\$ 7,50	R\$ 3.000,00	R\$ 15,00
4	4575342 - Torrada Salgada	Pacote 142 gr	400	R\$ 5,40	R\$ 2.160,00	R\$ 11,00
5	5300355 - Paçoca	Embalagem  1 Kg	5	R\$ 31,63	R\$ 158,15	R\$ 0,80
6	4428692 - Açúcar Refinado	Embalagem  1 Kg	200	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00	R\$ 5,00
7	5410762 - Café Torrado Moído, Tipo 8	Caixa 250 gr	424	R\$ 19,47	R\$ 8.255,28	R\$ 42,00
8	3248275 - Café Torrado em Grão	Embalagem  1 Kg	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00	R\$ 5,00
9	6001947 - Adoçante	Frasco 100 mililitro	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00	R\$ 0,5
10	6251048 - Coador Descartável Café	Caixa 30 un	50	R\$ 6,12	R\$ 306,00	R\$ 1,55

11	6283381 - Talher Descartável, Tipo mexedor de café	Caixa 1000 un	2	R\$ 40,00	R\$ 80,00	R\$ 0,5
12	4525930 - Chá, Tipo Chá Mate	Caixa 250 gr	11	R\$ 10,00	R\$ 110,00	R\$ 0,55

**SEDE DO 24ºBPM/I**

A entrega dos materiais deverá ser realizada na Rua Odilon de Paula Gião, 69, Nova São João, São João da Boa Vista SP. e-mail: 24bpmi@policiamilitar.sp.gov.br tel: (19) 36331186

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR ENTRE LANCES VALOR TOTAL DO ITEM
13	3248259 - Café Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Média, Tipo: Superior.	Pacote 500 gr	184	R\$ 31,88	R\$ 5.865,92	R\$ 30,00
14	4428790 - Açúcar Tipo: Cristal, Coloração: Branca	Embalagem 5 Kg	25	R\$ 17,94	R\$ 448,42	R\$ 2,25
15	1314629 - Biscoito Sabor: Salgado, Tipo: Cream Cracker	Pacote 500 gr	150	R\$ 10,40	R\$ 1.559,50	R\$ 7,80
16	4577060 - Biscoito Milho, Tipo: Rosquinha	Pacote 500 gr	63	R\$ 8,93	R\$ 562,38	R\$ 2,85
17	4577167 - Biscoito Chocolate, Tipo: Rosquinha	Pacote 500 gr	60	R\$ 9,75	R\$ 584,80	R\$ 2,95
18	3317927 - Café Apresentação: Torrado Em Grão, Intensidade: Média, Tipo: Tradicional	Embalagem 1 Kg	25	R\$ 82,26	R\$ 2.056,58	R\$ 10,30

**SEDE DO 36ºBPM/I**

A entrega dos materiais deverá ser realizada na Rua João Picinini, 100, Jardim Laranjeiras, Limeira/SP  
e-mail: 36bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br Tel: (19) 3443-5701.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR ENTRE LANCES VALOR TOTAL DO ITEM
19	3248259 - Café Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Média, Tipo: Superior.	Pacote 500 gr	900	R\$ 27,26	R\$ 24.536,25	R\$ 123,00
20	4428790 - Açúcar Tipo: Cristal, Coloração: Branca	Embalagem 5 Kg	500	R\$ 16,09	R\$ 8.045,90	R\$ 41,00
21	1314629 - Biscoito Sabor: Salgado, Tipo: Cream Cracker	Pacote 140 gr	500	R\$ 3,89	R\$ 1.945,00	R\$ 9,75
22	4577060 - Biscoito Milho, Tipo: Rosquinha	Pacote 500 gr	485	R\$ 8,95	R\$ 4.339,54	R\$ 22,00
23	4577159 - Biscoito Sabor: Coco	Pacote 500 gr	400	R\$ 7,04	R\$ 2.815,64	R\$ 4,10
24	5102804 - Biscoito Sabor: Chocolate e Avelã, Tipo: Wafer	Pacote 140 gr	400	R\$ 3,64	R\$ 1.456,12	R\$ 7,30

**SEDE DO 37ºBPM/I**

A entrega dos materiais deverá ser realizada na Rodovia Washington Luiz KM 172 Jardim Anhanguera, Rio Claro -SP, CEP: 13501-600. e-mail: 37bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br Tel: (19) 35249898

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR ENTRE LANCES VALOR TOTAL DO ITEM

25	4577159 - Biscoito Sabor: Coco	Pacote 500 gr	216	R\$ 4,60	R\$ 993,60	R\$ 5,00
26	5102804 - Biscoito Sabor: Chocolate e Avelã Tipo: Wafer	Pacote 140 gr	40	R\$ 3,51	R\$ 140,40	R\$ 0,72
27	1323806 - Biscoito Sabor: Salgado, Tipo: Cream Cracker	Pacote 140 gr	117	R\$ 4,52	R\$ 528,84	R\$ 2,65
28	4595742 - Margarina Mínimo 80% Lípidios	Pote 500gr	15	R\$ 7,65	R\$ 114,75	R\$ 0,60
29	4103769 – Coador Descartável	Caixa 30 Un	129	R\$ 3,85	R\$ 496,65	R\$ 2,50
30	3248259 - Café Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Média, Tipo: Superior.	Pacote 500 gr	547	R\$ 28,49	R\$ 15.584,03	R\$ 78,00

8. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
10. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
  1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*
  2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
  3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*
  4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*
  5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*
11. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



14. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
17. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*
  1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*
  2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*
  3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*
  4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*
  5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*
18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
  1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
    1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
    2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
    3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
    4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
  2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
    1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
    2. empresas brasileiras;
    3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
    4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
  3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
  4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *[acima do preço máximo]* (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital) definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.
  2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
  4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
  5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  1. Sicaf;
  2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
  3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
  4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
  5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
  6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
  7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.
2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
  1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
  2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
  3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
  1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
  2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
  1. conter vícios insanáveis;
  2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
  3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
  4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*
  1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*
    1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*
    2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*
9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
  1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
  2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
  1. *No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.*

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
  1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-nanceira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
  2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).
5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
  1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
  1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
  1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
  1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):
  1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
  2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*
  1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 11. DOS RECURSOS

1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
  3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico* <https://sei.sp.gov.br/sei/#057.00080595/2026-42>.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
  1. der causa à inexecução parcial do contrato;
  2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  3. der causa à inexecução total do contrato;
  4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
  5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
    1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).
2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  1. advertência;
  2. multa;
  3. impedimento de licitar e contratar; e
  4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  2. as peculiaridades do caso concreto;
  3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:
  - (1) Multa Moratória de 0,5.% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze.) dias;
  - (2) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2.% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
    - a. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - (3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5.% a 30% do valor do Contrato.
  - (4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3, de 0,5.% a 30% do valor do Contrato.
  - (5) Para infração descrita no subitem 12.1.2, a multa será de 0,5 % a 30% do valor do Contrato.
  - (6) Para infrações descritas nos subitens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
  - (7) Para infrações descritas no subitem 12.1.7, a multa será de 0,5% a 30.% do valor do Contrato.
  - (8) Para a infração descrita no subitem 12.1.1, a multa será de 0,5.% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:



12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.
14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.
15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

## 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s)*: E-MAIL [cpi9licitacao@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:cpi9licitacao@policiamilitar.sp.gov.br)
3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
  1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
5. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet* <https://sei.sp.gov.br/sei/#057.00080595/2026-42>. <https://sei.sp.gov.br/sei/#057.00080595/2026-42>. sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.
6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
7. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
8. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.
  1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*
  1. *Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.*
  2. *Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.*
  3. *Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.*
  4. *Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.*
  5. *Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:*



1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição (ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;
2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
  1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;
  2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.
  3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:
    1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
    2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;
    3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;
    4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;
    5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;
    6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;
    7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
3. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
  1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.
13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no *sítio eletrônico* <https://sei.sp.gov.br/sei/#057.00080595/2026-42>.
15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
  1. ANEXO I - Termo de Referência;
    1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;
  2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;
  3. ANEXO III – Modelos referentes(s) a planilha de proposta;
  4. ANEXO IV – Modelo de Declaração;

# Piracicaba, na data da assinatura digital.

TIAGO AUGUSTO COSTA E SILVA

SUBSCRITOR DE EDITAL

## 2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TIAGO AUGUSTO COSTA E SILVA

SUBESCRITOR DO EDITAL



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 14:18:14.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I.pdf (1.68 MB)
- Anexo II - ANEXO II.pdf (563.49 KB)
- Anexo III - ANEXO III.pdf (485.45 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV.pdf (424.01 KB)

ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 -CPI-9

Termo de Referência 82/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
82/2026	180362-ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 - CPI-9	FERNANDO NICOLAU DOS SANTOS	01/04/2026 11:28 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00097694/2026-63

1. Condições gerais da contratação

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Termo de Referência - Aquisição - Licitação

Versão atualizada em: 07/01/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

COMANDO POLICIAMENTO DO INTERIOR - NOVE

SEÇÃO DE LOGÍSTICA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Plano copa Aquisição de gêneros alimentícios, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO CONTABILIZA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR
	3248259 - CAFE ESPECIAL SUPERIOR, TORRADO, MOIDO, EMBALAGEM A VACUO TIPO: SUPERIOR;CONSTITUICAO: TORRADO E MOIDO;				

1	<p>CONSTITUICAO I: CONSTITUIDO DE GRAOS ARABICAS PODENDO CONTER 15% DE GRAOS CONILLON, 10% DE GRAOS PRETOS /VERDES/ARDIDOS;</p> <p>CONSTITUICAO II DO CAFE: GRAOS PRETO-VERDES/FERMENTADOS, LIVRE DE SABOR ESTRANHO;</p> <p>CONSTITUICAO III DO CAFE: BEBIDA DURA OU MELHOR, AROMA CARACTERISTICO;</p> <p>CONSTITUICAO IV DO CAFE: SABOR CARACTERISTICO E EQUILIBRADO;</p> <p>CONSTITUICAO V DO CAFE: COR MEDIO /MODERADAMENTE ESCURO A MEDIO CLARO;</p> <p>QUALIDADE DO CAFE: QUALIDADE GLOBAL SUPERIOR MINIMA DE 6,00 PONTOS NA ESCALA SENSORIAL;</p> <p>QUALIDADE I: IMPUREZAS(CASCAS E PAUS) EM G/100G MAXIMA DE 1%;</p> <p>EMBALAGEM: EMBALAGEM A VACUO;</p> <p>PRAZO DE VALIDADE DO CAFE: COM VALIDADE MINIMA NA DATA DA ENTREGA DE 10 MESES;</p> <p>LEGISLACAO PERTINENTE: E SUAS CONDICOOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RES.SAA-28 DE 01/06/2007;</p> <p>LEGISLACAO I: RES.SAA-30, DE 22/06/2007, RDC 277/05, RDC 259/02;</p> <p>LEGISLACAO II DO CAFE: RDC 07/11, RDC 14 /14 E ALTERACOES POSTERIORES;</p> <p>LEGISLACAO III DO CAFE: PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA;</p> <p>ELABORACAO DE LAUDO: ELABORACAO DE LAUDO APOS ENTREGA E DISPENSADO DE ANALISE;</p> <p>ELABORACAO DE LAUDO II: SE CERTIFICADO NO SISTEMA DE QUALIDADE DE SAO PAULO;</p>	PACOTE 500 GR	965	R\$ 34,73	R\$ 33.514,45
	<p>4428790 - ACUCAR CRISTAL</p> <p>APRESENTACAO: CRISTAL;PROCESSO DE OBTENCAO: OBTIDO A PARTIR DO CALDODA CANA DE ACUCAR;</p> <p>CARACT. SENSORIAIS: COM ASPECTO, COR E ODOR CARACTERISTICOS E SABOR DOCE;</p> <p>CONDICOES HIGIENICAS: NAO PODENDO APRESENTAR MAU ESTADO DE</p>				

2	<p>CONSERVACAO, ALTA UMIDADE, PRESENCA DE INSETOS OU DETRITOS E ODOR ESTRANHO;</p> <p>EMBALAGEM PRIMARIA: EMBALAGEM PRIMARIA PLASTICA ATOXICA DEVIDAMENTE LACRADA;</p> <p>EMBALAGEM SECUNDARIA: ;</p> <p>VALIDADE: COM VALIDADE MINIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA;</p> <p>LEGISLACAO: E SUAS CONDICoes DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUCAO RDC 271/05, RDC12/01, RDC 259 /02, RDC 360/03 E ALTERACOES POSTERIORES;</p> <p>LEGISLACAO I: PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCED. ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA;</p>	PACOTE 1 KG	354	R\$ 3,33	R\$ 1.178,82
				VALOR TOTAL	R\$ 34.693,27

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O licitante deverá encaminhar, juntamente com a proposta de preços, ficha técnica, fotos em alta resolução, laudo laboratorial e certificado referente às análises do **Item 1** :

1.2.1. Microbiológica;

1.2.2. Físico-química;

1.2.3. Macroscópica e microscópica e micotoxinas;

1.2.4. Sensorial (fragrância, aroma, acidez, amargor, sabor, sabor residual, adstringência, corpo), com inclusão da nota para a qualidade global;

1.2.5. Granulométrica (moagem);

1.2.6. De torração;

1.2.7. Certificado de Pureza e Qualidade da ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café.

1.2.8. O laudo dos subitens “1.2.1.” ate “1.2.6.” deve ser emitido por laboratório devidamente credenciado pelo Ministério da Agricultura e a pessoa que assina o laudo deve ter registro ativo ou inscrição ativa na entidade profissional competente.

1.2.9. O licitante deverá encaminhar o catálogo, folder ou ficha técnica dos produtos ofertados para análise preliminar.

1.3. O licitante devesa atentar os itens ofertados devesa estar de acordo com as Resoluções vigentes: Rdc 12/01, Rdc 360/03, Rdc 344/02, Rdc 263/05, Rdc 271/05, Rdc 259/02, Rdc 14/14, Res 028/07, Rdc 277/05, Rdc 07/11, Res SAA 30/07, Res SAA 31/07 e alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constata e do Estudo Técnico Preliminar, , elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.6. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

## **2. Fundamentação e descrição da necessidade**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. Descrição da solução como um todo**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

#### **3.1. DO PRAZO DE ENTREGA:**

3.1.1. Os materiais deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos após emissão da Nota de Empenho; a empresa fica obrigada a entregar os materiais, quando contratada, nas condições estabelecidas na Nota de Empenho. Será considerada efetivamente celebrada a contratação logo após a emissão da Nota de Empenho, iniciando-se a partir de tal data o prazo de entrega do objeto.

#### **3.2. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:**

3.2.1. Na ocasião da entrega os produtos deverão estar devidamente acondicionados em embalagens que permitam condições perfeitas de entrega, evitando-se perdas ou avarias, bem como não serão aceitos materiais com embalagens danificadas;

3.2.2. Não serão aceitos bens com embalagens danificadas;

3.2.3. Por ocasião da entrega, a contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, ou documento equivalente, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento;

3.2.4. Em caso de divergências existentes entre as especificações do item descrito no Sistema e as constantes do Termo de Referência, prevalecerão as descritas no Termo de Referência;

3.2.5. Constatadas irregularidades durante o recebimento do objeto, a Administração, por meio de notificação formal, via mensagem eletrônica (e-mail), constantes do cadastro da empresa no Sistema do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), informará a(s) divergência(s) constatada(s), sendo que o Contratante poderá:

3.2.5.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis:

3.2.5.1.1. Na hipótese de substituição, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantidos os preços inicialmente contratados;

3.2.5.1.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis:

3.2.5.1.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da Notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

#### **3.3. DA GARANTIA DO OBJETO:**

3.3.1. A garantia do produto será estipulada pelo fabricante ou pelo prazo estipulado no artigo 26, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, devendo prevalecer o de maior período;

3.3.2. Durante o prazo de vigência da garantia, a CONTRATADA deverá refazer ou substituir, em 05 (cinco) dias corridos, sem ônus para a CONTRATANTE, os materiais que apresentarem defeito ou vícios de fabricação, excluindo-se os casos de comprovada incorreção do uso ou a inadequada manutenção por parte dos usuários.

#### **3.4. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO:**

3.4.1. O objeto será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos bens nos locais e endereços indicados, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

#### **3.5. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DEFINITIVO:**

3.5.1. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo, firmado pelo servidor responsável.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Garantia da contratação

4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O bem deverá ser entregue no seguinte endereço Rua Américo Vespúcio nº 438 CEP 13405-374 Bairro São Luís, Piracicaba -SP, na sede do Comando de Policiamento do Interior Nove.

#### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art 17);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art 17, II);



6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art 17, II).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.15. Indicação do Gestor e Fiscal do Contrato, conforme o art. 7 e 117 da lei nº 14.133/21.

- Gestor - Fernando Nicolau dos Santos CPF 284.732.868-80
- Fiscal - Ernani Medeiros de Carvalho Filho CPF 165.121.808-01

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Forma e critérios de seleção e regime**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

#### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária:** sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. **Agricultor familiar:** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do art. 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023;

8.13. **Produtor Rural pessoa física:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (artigos. 15 a 17 e 146);

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional;

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quando ao Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

#### **Outras comprovações**

8.25. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.25.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.25.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.25.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.25.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.25.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## 9. Estimativas do valor da contratação

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 34.693,27 ( trinta e quatro mil seiscientos e noventa e três reais e vinte e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela dotação a ser definida pela UGE 180362:

I) Gestão/Unidade:

II) Fonte de Recursos:

III) Programa de Trabalho:

IV) Elemento de Despesa: 33903010;

V) Plano Interno:

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FERNANDO NICOLAU DOS SANTOS**

Area Requisitante



Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 11:11:13.

**ERNANI MEDEIROS DE CARVALHO FILHO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 11:28:31.*

## ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 -CPI-9

## Estudo Técnico Preliminar 92/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00097694/2026-63

### 2. Descrição da necessidade

#### Plano Copa

2.1. Aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda do Comando de Policiamento do Interior Nove e Unidades subordinadas, referente a arrecadação do Plano Copa do exercício de 2026.

2.2. Diante do exposto, solicito a aquisição de **café torrado e moído, tipo superior e açúcar cristal**, a serem destinados na seguinte conformidade:

2.2.1. CPI-9 - 184 pacotes de 500 gr de café e 77 pacotes de 1 kg açúcar cristal;

2.2.2. 10º BPM/I - 212 pacotes de 500 gr de café e 71 pacotes de 1 kg açúcar cristal;

2.2.3. 19º BPM/I - 328 pacotes de 500 gr de café e 134 pacotes de 1 kg açúcar cristal;

2.2.4. 48º BPM/I - 241 pacotes de 500 gr de café e 72 pacotes de 1 kg açúcar cristal.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção Logística do Comando Policiamento do Interior - Nove	Cap Fernando Nicolau dos Santos

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Aquisição de gêneros alimentícios será para atender a demanda do CPI-9 e Unidades subordinadas, referente a arrecadação do plano copa 2026.

4.2. Declaro que o objeto licitatório é de natureza comum pois, conforme inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/21, os bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado e o objeto está de acordo com essas características.

4.3. A entrega dos materiais deverá ser realizada na sede do Comando de Policiamento do Interior – Nove, situado na rua Américo Vespúcio nº 438, Bairro São Luis, Piracicaba-SP, CEP: 13405-374, e-mail: cpi9logisitica@policiamilitar.sp.gov.br Tel: (19) 3421-4515 ramal 2042/2044.

## 5. Levantamento de Mercado

### 5.1. Viabilidade de Compra:

A solução é considerada viável e amplamente disponível no mercado nacional, garantindo competitividade e participação de diversos fornecedores no certame eletrônico.

### 5.2. Metodologia de Preços ( Conformidade Legal):

A pesquisa de preços que baliza a presente contratação foi estritamente fundamentada no **incisos II do Art. 3º do Decreto Estadual nº 67.888/2023** e nos parâmetros estabelecidos pela **Lei nº 14.133/2021**. Para a composição do valor de referência, foram utilizados dados de contratações similares recentes, garantindo a vantajosidade e a atualidade dos valores.

Os parâmetros adotados para cada item são detalhados abaixo:

#### item 01 - Café moído torrado, tipo Superior;

**Parâmetro II:** Valor obtido no **Pregão nº 90016/2025** (Empresa: J. T. INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFES LTDA - EPP, CNPJ nº 03.370.573/0001-03), resultando no valor de **R\$ 30,50** por unidade.

**Parâmetro II:** Valor obtido no **Pregão nº 90044/2025** (Empresa: ALPICK COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 35.991.410/0001-26), resultando no valor de **R\$ 35,99** por unidade.

**Parâmetro II:** Valor obtido no **Pregão nº 90093/2025** (Empresa: ALPICK COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 35.991.410/0001-26), resultando no valor de **R\$ 37,69** por unidade.

#### item 02 - Açúcar Cristal;

**Parâmetro II:** Valor obtido no **Pregão nº 90015/2025** (Empresa: RRF ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 55.689.704/0001-05), resultando no valor de **R\$ 3,20** por unidade.

**Parâmetro II:** Valor obtido no **Pregão nº 90226/2025** (Empresa: BMP DE SOUSA COMERCIAL LTDA CNPJ nº 29.725.927/0001-70), resultando no valor de **R\$ 3,39** por unidade.

**Parâmetro II:** Valor obtido no **Pregão nº 90001/2026** (Empresa: COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS J SAMPAIO LTDA, CNPJ nº 52.432.477/0001-40), resultando no valor de **R\$ 3,40** por unidade.

### 5.4. Justificativa da Cesta de Preços e Variabilidade de Mercado (Gêneros Alimentícios):

5.4.1. A equipe de planejamento identificou variações sensíveis entre os valores registrados nos pregões citados. Essa oscilação é tecnicamente justificada pelos seguintes fatores:

5.4.1.1. **Volatilidade de Commodities e Sazonalidade:** Os mercados de café e açúcar são diretamente impactados por quebras de safra, variações cambiais e reajustes nos custos de insumos agrícolas.

5.4.1.2. **Foco na Segurança Alimentar e Exequibilidade:** A opção pela média saneada das cotações, em detrimento do menor valor histórico de pregões anteriores, busca atrair empresas sólidas. Essa medida evita pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro precoce ou o risco de entrega de produtos de qualidade inferior (fora das normas da ANVISA) por incapacidade financeira da contratada.

## 6. Descrição da solução como um todo

### 6.1. DO PRAZO DE ENTREGA:

6.1.1. Os materiais deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos após a emissão na Nota de Empenho;

### 6.2. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:

6.2.1. Na ocasião da entrega os produtos deverão estar devidamente acondicionados em embalagens que permitam condições perfeitas de entrega, evitando-se perdas ou avarias, bem como não serão aceitos materiais com embalagens danificadas;



- 6.2.2. Não serão aceitos bens com embalagens danificadas;
- 6.2.3. Por ocasião da entrega, a contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, ou documento equivalente, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento;
- 6.2.4. Em caso de divergências existentes entre as especificações do item descrito no Sistema e as constantes do Termo de Referência, prevalecerão as descritas no Termo de Referência;
- 6.2.5. Constatadas irregularidades durante o recebimento do objeto, a Administração, por meio de notificação formal, via mensagem eletrônica (e-mail), constantes do cadastro da empresa no Sistema do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), informará a(s) divergência(s) constatada(s), sendo que o Contratante poderá:
- 6.2.5.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis:
- 6.2.5.1.1. Na hipótese de substituição, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantidos os preços inicialmente contratados;
- 6.2.5.1.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis:
- 6.2.5.1.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da Notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

DA GARANTIA DO OBJETO:

- 6.3.1. A garantia do produto será estipulada pelo fabricante ou pelo prazo estipulado no artigo 26, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, devendo prevalecer o de maior período;
- 6.3.2. Durante o prazo de vigência da garantia, a CONTRATADA deverá refazer ou substituir, em 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE, os materiais que apresentarem defeito ou vícios de fabricação, excluindo-se os casos de comprovada incorreção do uso ou a inadequada manutenção por parte dos usuários.

6.4. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

- 6.4.1. O objeto será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos bens nos locais e endereços indicados, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

6.5. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DEFINITIVO:

- 6.5.1. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo, firmado pelo servidor responsável.

6.6. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 6.6.1. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas junto ao Setor de Logística do Comando de Policiamento do Interior - Nove (CPI-9), situado na Rua Américo Vespúcio, 438 Bairro São Luis Piracicaba – SP, São Paulo, CEP: 13405-374, Fone: (19) 3421-4515 ramal 2042, ou pelo e-mail: cpi9logistica@policiamilitar.sp.gov.br

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1. As quantidades a serem adquiridas foram solicitadas para suprir as necessidades do CPI-9 e Unidades subordinadas.

ITEM	DESCRIÇÃO CONTABILIZA-SP	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	3248259 - CAFE ESPECIAL SUPERIOR, TORRADO, MOIDO, EMBALAGEM A VACUO - ATIVO	PACOTE 500 GR	965	R\$ 34,73	R\$ 33.514,45

2	4428790 - ACUÇAR CRISTAL - ATIVO	PACOTE 1 KG	354	R\$ 3,33	R\$ 1.178,82
---	----------------------------------	----------------	-----	----------	--------------

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 34.693,27

8.1. O valor de R\$ 34.693,27 ( trinta e quatro mil seiscentos e noventa e três reais e vinte e sete centavos)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento da solução é tecnicamente viável, justificando-se em razão do objeto licitado ser divisível, e, não havendo prejuízo da solução, torna-se economicamente exequível, permitindo assim a ampla participação de licitantes e, salvo raras exceções, tal fragmentação confronta o ganho obtido com a economia de escala e, por outro lado, sua serventia potencializa a competitividade e o melhor aproveitamento do mercado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Este Estudo Técnico Preliminar está atrelado à contratação nº 180362-75/2025, DFD nº 338/25 do PCA 2026.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Os itens previstos nesta contratação estão de acordo com o valor arrecadado no Programa FEPOM COPA, exercício 2026 e se vinculam à contratação nº 180362-75/2025, DFD nº 338/25 do PCA 2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A aquisição de gêneros alimentícios é uma medida essencial para assegurar que os policiais possam se alimentar no ambiente de trabalho de forma adequada, contribuindo para a saúde e o bem-estar.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias providências para a adequação do ambiente do órgão nem capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização do contrato. A contratada deverá prever frentes de serviço, sequência de atividades e uso de equipamentos necessários para garantir a entrega dos produtos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não existem impactos ambientais previstos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos levantados neste Estudo Técnico Preliminar, e em cumprimento ao art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 5º do Decreto Estadual nº 68.017/2023, declara-se que a presente contratação é técnica, jurídica e economicamente VIÁVEL, mostrando-se a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para atender à necessidade da Administração Pública

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FERNANDO NICOLAU DOS SANTOS**

Area Requisitante



Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 10:36:28.

**ERNANI MEDEIROS DE CARVALHO FILHO**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 11:26:43.

## ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 -CPI-9

## Termo de Referência 171/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
171/2026	180362-ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 - CPI-9	JESSICA GALVAO NUNES BUENO	13/05/2026 08:19 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00122817/2026-10

## 1. Condições Gerais da Contratação

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Termo de Referência - Aquisição - Licitação

Versão atualizada em: 01/01/2026

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios, por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço por item e modo de disputa aberto, destinados ao atendimento das necessidades do 10º BAEP, no âmbito do Programa FEPOM COPA – 1º semestre de 2026. conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE QUANTIDADE		VALOR	VALOR
			MEDIDA	TOTAL	UNITÁRIO	TOTAL
1	Biscoito Sabor: Amanteigado	625251	PACOTE	400	R\$ 7,50	R\$ 3.000,00
	Tipo: Amanteigado Ingredientes: Farinha De Trigo, Manteiga, Açúcar					
	Torrada					

2	Tipo: De Pão de forma Base da Massa: Farinha de Trigo Integral, Enriquecida Ingredientes Adicionais: Salgada	467288	Pacote 142 Gr	400	R\$ 5,40	R\$ 2.160,00
3	Doce Não Confeitado Tipo: Massa Sabor: Amendoim Forma de Apresentação: Tablete	462646	Embalagem 1 Kg	5	R\$ 31,63	R\$158,15
4	Açúcar Tipo: Refinado Coloração: Branca	463996	Embalagem 1 Kg	200	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
5	Café Apresentação: Torrado Moído Tipo: Único Empacotamento: Vácuo Característica Adicional: Grãos Café Arábica	618302	Caixa 250 Grama	424	R\$ 19,47	R\$ 8.255,28
6	Café Apresentação: Torrado em Grão Intensidade: Média Tipo: Tradicional Característica Adicional: Grãos Café Arábica	463572	Embalagem 1 Kg	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
7	Adoçante Aspecto Físico: Líquido Transparente Ingredientes: Sucralose Prazo Validade: 2 anos Tipo: Dietético Características Adicionais: Bico Dosador	625668	Embalagem 1 Kg	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00
8	Coador Descartável Café Material: Papel Tamanho: 103 Características Adicionais: Dupla Costura, Celulose, Isento de Impureza	380323	Caixa 30 Unidades	50	R\$ 6,12	R\$306,00
9	Talher Descartável Material: Plástico Tipo: Mexedor de Cafezinho Cor: Cristal Características Adicionais: Resistente Comprimento: 9CM	355015	Caixa 1000 Unidades	2	R\$ 40,00	R\$ 80,00
10	Chá Alimentação Tipo: Chá Mate Uso: Alimentação Sabor: Natural	236613	Caixa 250 Grama	11	R\$ 10,00	R\$ 110,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023, que regulamenta o processo de contratação no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho ou assinatura do instrumento contratual, período suficiente para entrega, recebimento e pagamento do objeto.

### **SUBCONTRATAÇÃO**

1.5. O contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual, sem prévia autorização da Administração.

## **2. Fundamentação e descrição da necessidade**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência

2.2. O objeto da contratação não constou inicialmente no Plano de Contratações Anual - PCA 2026, nos termos do Decreto Estadual nº 67.698, de 03 de maio de 2023, tendo sua não inclusão devidamente justificada em documento específico acostado aos autos, considerando a imprevisibilidade da demanda à época da elaboração do plano, bem como a posterior definição individualizada das necessidades desta Unidade em relação aos recursos destinados ao Programa FEPOM/COPA.

## **3. Descrição da solução como um todo**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. Requisitos da contratação**

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens adequadas, resistentes e compatíveis com a conservação de gêneros alimentícios;

4.1.2. Sempre que possível, deverão ser observadas práticas sustentáveis de produção, armazenamento e transporte, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

### **Garantia da contratação**

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Reserva de cota para ME/EPP/EQUIPARADAS**

4.3. A participação no presente certame será exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que o valor estimado da contratação é inferior ao limite legal estabelecido.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento/ Nota de Empenho.

5.2. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço: Rua Maringá, nº 450, Parque Taquaral, Piracicaba/SP, CEP: 13.423-514.

5.3. Considerando que os itens são produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a ½ (metade) do prazo total recomendado pelo fabricante.

#### **Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **Fiscalização**

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Fiscalização Técnica**

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.6.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

### **Fiscalização Administrativa**

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.7.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.8. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).



6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

#### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21.2. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Forma e critérios de seleção e regime

### 8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM.

8.2. O fornecimento do objeto ocorrerá em entrega imediata, em remessa única.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** *Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;*

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos

termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual, na forma da legislação aplicável.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

#### **Outras comprovações**

**8.21.** Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.21.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.21.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.21.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.21.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.21.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.21.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.21.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

### **9. Estimativas do valor da contratação**

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 16.169,43 (dezesesseis mil cento e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.
- 10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação a ser definida pela UGE 180362:
  - 10.2.1. Gestão/Unidade: UGE 180362 – CPI-9;
  - 10.2.2. Fonte de Recursos: Recursos do Tesouro do Estado;
  - 10.2.3. Programa de Trabalho: A definir pela Seção de Finanças da UGE 180362;
  - 10.2.4. Elemento de Despesa: 339030-10 – Gêneros Alimentícios;
  - 10.2.5. Plano Interno: FEPOM/COPA

Piracicaba, 12 de maio de 2026.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JESSICA GALVAO NUNES BUENO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 18:04:46.

RONEI JOSE DA SILVA

1º Ten PM Chefe Seção de Logística



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 08:19:02.

## ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 -CPI-9

**Estudo Técnico Preliminar 132/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 057.00122817/2026-10

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A presente demanda decorre da necessidade de aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das unidades policiais militares subordinadas ao Comando de Policiamento do Interior – CPI-9, no âmbito do Programa FEPOM COPA, referente ao 1º semestre do exercício de 2026.

2.2. Os itens alimentícios são utilizados no suporte às atividades administrativas e operacionais das unidades policiais militares, considerando a permanência do efetivo em serviço e a necessidade de manutenção de condições adequadas de apoio logístico às atividades institucionais.

2.3. A contratação visa garantir o abastecimento regular desses itens, evitando descontinuidade no suporte às rotinas administrativas e operacionais, contribuindo para a manutenção das condições adequadas de trabalho e para o regular funcionamento das atividades desenvolvidas pelas unidades policiais militares.

2.4. Ressalta-se que a demanda será consolidada em oferta de compra unificada conduzida pelo CPI-9, contemplando as necessidades das unidades subordinadas, com o objetivo de promover maior eficiência administrativa, padronização dos itens adquiridos e otimização da aplicação dos recursos públicos.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
10º BAEP	RONEI JOSÉ DA SILVA
10º BAEP	Jéssica Galvão Nunes Bueno

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.1. Os gêneros alimentícios a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas e padrões de qualidade definidos no Termo de Referência, observando as normas sanitárias vigentes e demais legislações aplicáveis.

4.2. Os produtos deverão ser fornecidos em embalagens apropriadas, devidamente lacradas e identificadas, contendo informações como data de fabricação, prazo de validade e identificação do fabricante.

4.3. O objeto licitatório é considerado bem comum, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

4.4. O fornecimento dos itens será realizado em entrega única, no prazo de até 30 dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho.

## 5. Levantamento de Mercado

- 5.1. A solução proposta mostra-se viável, uma vez que os itens pretendidos são amplamente comercializados no mercado, havendo grande número de fornecedores aptos a fornecer os produtos, o que favorece a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 5.2. Foi realizada pesquisa de preços em sistemas oficiais de compras públicas e demais referências de mercado, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Estadual nº 67.888/2023, visando identificar valores praticados no mercado e subsidiar a estimativa do valor da contratação.

## 6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. A solução consiste na aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento das unidades policiais militares subordinadas ao CPI-9, no âmbito do Programa FEPOM COPA – 1º semestre de 2026.
- 6.2. Considerando as características do objeto, classificado como bem comum, recomenda-se a adoção da modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço por item, modo de disputa aberto, nos termos dos arts. 28 e 33 da Lei nº 14.133 /2021, sem prejuízo de decisão devidamente motivada pela autoridade competente.
- 6.3. O fornecimento dos itens será realizado em entrega única, no prazo de até 30 dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estimadas foram definidas com base no consumo histórico das unidades policiais militares, considerando o efetivo empregado, a rotina administrativa e operacional, bem como a necessidade de atendimento durante o período do Programa FEPOM COPA – 1º semestre de 2026.

Material	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
Biscoito sabor amanteigado	Unidade	400	R\$ 7,80	R\$ 3.000,00
Torrada tipo pão de forma integral	Embalagem 142 g	400	R\$ 7,54	R\$ 2.160,00
Doce tipo paçoca (massa de amendoim)	Embalagem 1 kg	5	R\$ 31,63	R\$ 158,15
Açúcar refinado	Embalagem 1 kg	200	R\$ 5,19	R\$ 1.000,00
Café torrado e moído	Caixa 250 g	424	R\$ 22,68	R\$ 8.255,28
Café torrado em grão	Pacote 1 kg	10	R\$ 107,96	R\$ 1.000,00
Adoçante líquido	Frasco 100 ml	10	R\$ 10,36	R\$ 100
Coador de café descartável	Caixa 30 unidades	50	R\$ 5,91	R\$ 306,00
Mexedor de café descartável	Caixa 1000 unidades	2	R\$ 40,63	R\$ 80,00
Chá mate	Caixa 250 g	11	R\$ 10,92	R\$ 110,00

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 16.169,43

- 8.1. A estimativa do valor da contratação foi obtida com base na pesquisa de preços realizada em sistemas oficiais de compras públicas e demais referências de mercado, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como com os normativos aplicáveis à Administração Pública.

8.2. Foram considerados os valores médios praticados no mercado para os itens que compõem o objeto da contratação, levando-se em conta as quantidades estimadas necessárias para atendimento das unidades policiais militares no âmbito do Programa FEPOM COPA – 1º semestre do exercício de 2026.

8.3. Dessa forma, o valor estimado da contratação corresponde a:

R\$ 16.169,43 (dezesesseis mil, cento e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos).

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. O parcelamento da solução mostra-se tecnicamente viável, tendo em vista que os itens que compõem o objeto da contratação são divisíveis e independentes entre si, não havendo prejuízo ao conjunto da solução.

9.2. Dessa forma, o parcelamento por item possibilita ampliar a competitividade entre os fornecedores, permitindo maior participação de licitantes e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.3. Ressalta-se que a presente demanda integrará oferta de compra unificada conduzida pelo CPI-9, contemplando as necessidades das unidades policiais militares subordinadas, o que possibilita a padronização dos itens adquiridos e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

A presente contratação encontra-se vinculada ao DFD nº 103/26, que originou o processo, sendo decorrente de necessidade superveniente, não prevista inicialmente no Plano de Contratações Anual – PCA 2026.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional e às diretrizes orçamentárias e estratégicas da Administração Pública, sendo objeto de solicitação de inclusão/adequação no PCA 2026, em razão de necessidade superveniente não prevista à época de sua elaboração.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A aquisição de gêneros alimentícios é medida essencial para assegurar melhores condições de apoio logístico ao efetivo policial, contribuindo para o adequado desempenho das atividades operacionais e administrativas desenvolvidas pelas unidades policiais militares.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Não há necessidade de adequações estruturais ou capacitação adicional de servidores, sendo a fiscalização da contratação realizada por servidor devidamente designado, conforme previsto no Termo de Referência.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Não foram identificados impactos ambientais relevantes decorrentes da contratação, devendo os fornecedores observar as normas sanitárias e de descarte de resíduos aplicáveis.



## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

#### 15.1. Viabilidade Técnica:

Os itens a serem adquiridos são gêneros alimentícios de consumo comum, amplamente disponíveis no mercado, cujos padrões de qualidade e desempenho podem ser definidos por especificações usuais de mercado, permitindo sua adequada definição no Termo de Referência.

#### 15.2. Viabilidade Financeira:

Os custos estimados foram definidos com base em pesquisa de preços realizada em referências de mercado e sistemas oficiais de compras públicas, observando os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e normativos aplicáveis, demonstrando compatibilidade com os valores praticados no mercado.

#### 15.3. Viabilidade Operacional:

A contratação mostra-se operacionalmente viável, considerando que o fornecimento dos itens poderá ser realizado por diversos fornecedores do mercado, garantindo o abastecimento necessário para atendimento das unidades policiais militares no âmbito do Programa FEPOM COPA – 1º semestre de 2026.

#### 15.4. Viabilidade Legal e Ambiental:

A contratação encontra-se em conformidade com a legislação vigente, especialmente com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normativos aplicáveis à Administração Pública, não sendo identificados impactos ambientais relevantes decorrentes da aquisição dos itens.

Dessa forma, considerando os aspectos analisados, conclui-se que a presente contratação apresenta condições favoráveis para sua implementação, contribuindo para o adequado atendimento das necessidades das unidades policiais militares.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JESSICA GALVAO NUNES BUENO**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 16:39:40.

**RONEI JOSE DA SILVA**

ÁREA REQUISITANTE



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 08:18:21.



ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 -CPI-9

Termo de Referência 79/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
79/2026	180362-ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 - CPI-9	EDSON GONCALVES BORGES	07/05/2026 16:12 (v 0.19)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	75/2026	057.00173182/2026-19

1. Condições gerais da contratação

Administração Pública do Estado de São Paulo  
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE  
Termo de Referência - Aquisição - Licitação  
Versão atualizada em: 07/01/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios para o 24° BPM/I (projeto FEPOM COPA), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UN. MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL MÉDIO (R\$)
1	Café Apresentação: Torrado Moído , Intensidade: Média , Tipo: Superior , Empacotamento: Vácuo , Prazo Validade Mínimo: 06 Meses	463582 (COMPRAS) 3248259 (BEC)	Caixa 500 Grama	184	31,88	5.865,92
2	Açúcar Tipo: Cristal , Coloração: Branca	603269 (COMPRAS) 4428790 (BEC)	Embalagem 5 Kg	25	17,94	448,42
		622355 (COMPRAS)	Pacote			

3	Biscoito Sabor: Salgado , Tipo: Cream Cracker , Ingredientes: Farinha De Trigo Enriquecida Com Ferro E Acido	1314629 (BEC)	500 Grama	150	10,40	1.559,50
4	Biscoito Milho , Tipo: Rosquinha , Ingredientes: Açúcar, Amido De Milho, Farinha De Trigo , Características Adicionais: Sem Recheio	477541 (COMPRAS) 4577060 (BEC)	Pacote 500 Grama	63	8,93	562,38
5	Biscoito Chocolate , Tipo: Rosquinha , Caract Adicionais: Sem Recheio	460241 (COMPRAS) 4577167 (BEC)	Pacote 500 Grama	60	9,75	584,80
6	Café Apresentação: Torrado Em Grão , Intensidade: Média , Tipo: Tradicional , Caract Adicional: Grãos Café Arábica	463572 (COMPRAS) 3317927 (BEC)	Pacote 1 Quilograma	25	82,26	2.056,58
TOTAL						R\$ 11.077,60

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns (consumo), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato e elaboração da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

SUBCONTRATAÇÃO

- 1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 2.2.O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do decreto estadual n.º 67.689. de 03 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.
- 2.3. A execução do objeto tem dependência prévia com o DFD 338/2025, bem como com o Plano de Contratação nº 180362/000075/2026.

### **3. Descrição da solução como um todo**

#### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

##### **3.1. DO PRAZO DE ENTREGA:**

3.1.1. Os materiais deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos após emissão da Nota de Empenho; a empresa fica obrigada a entregar os materiais, quando contratada, nas condições estabelecidas na Nota de Empenho. Será considerada efetivamente celebrada a contratação logo após a emissão da Nota de Empenho, iniciando-se a partir de tal data o prazo de entrega do objeto.

##### **3.2. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:**

3.2.1. Na ocasião da entrega os produtos deverão estar devidamente acondicionados em embalagens que permitam condições perfeitas de entrega, evitando-se perdas ou avarias, bem como não serão aceitos materiais com embalagens danificadas;

3.2.2. Não serão aceitos bens com embalagens danificadas;

3.2.3. Por ocasião da entrega, a contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, ou documento equivalente, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento;

3.2.4. Em caso de divergências existentes entre as especificações do item descrito no Sistema e as constantes do Termo de Referência, prevalecerão as descritas no Termo de Referência;

3.2.5. Constatadas irregularidades durante o recebimento do objeto, a Administração, por meio de notificação formal, via mensagem eletrônica (e-mail), constantes do cadastro da empresa no Sistema do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), informará a(s) divergência(s) constatada(s), sendo que o Contratante poderá:

3.2.5.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis:

3.2.5.1.1. Na hipótese de substituição, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantidos os preços inicialmente contratados;

3.2.5.1.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis:

3.2.5.1.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da Notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

##### **3.3. DA GARANTIA DO OBJETO:**

3.3.1. A garantia do produto será estipulada pelo fabricante ou pelo prazo estipulado no artigo 26, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, devendo prevalecer o de maior período;

3.3.2. Durante o prazo de vigência da garantia, a CONTRATADA deverá refazer ou substituir, em 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE, os materiais que apresentarem defeito ou vícios de fabricação, excluindo-se os casos de comprovada incorreção do uso ou a inadequada manutenção por parte dos usuários.

##### **3.4. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:**

3.4.1. Padronização de prazos para recebimento provisório e definitivo. Prevalecerá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos bens nos locais indicados, para a verificação sumária da conformidade, fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório ou da entrega da nota fiscal, para a verificação detalhada da qualidade e quantidade e consequente aceitação definitiva, da mesma forma, para manter a coerência operacional, todos os prazos para substituição ou correção de materiais com vícios ficam uniformizados em 05 (cinco) dias úteis, afastando-se qualquer menção a dias corridos.

### **4. Requisitos da contratação**

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Garantia da contratação**

4.1. Decide-se pela não exigência da garantia de execução prevista no Art. 96 da mencionada Lei nº 14.133/2021: A

presente decisão pauta-se nos princípios da proporcionalidade e da eficiência. Considerando que o objeto da contratação envolve gêneros alimentícios de baixo valor estimado (R\$ 11.077,60) e que a execução se dará em remessa única com prazo de entrega de 30 dias, a exigência de garantia financeira (fidejussória ou real) representaria um ônus desproporcional aos licitantes, em sua maioria Microempresa. Tal medida visa potencializar a competitividade e garantir o melhor aproveitamento do mercado, A segurança da Administração será garantida pelo rigoroso rito de recebimento e pelas sanções contratuais previstas.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os itens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

Rua Odilon de Paula Gião, nº 105, bairro Jardim Nova São João – São João da Boa Vista/SP – CEP 13874-140, telefone (19) 36381150.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

- 5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. Modelo de gestão do contrato**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião, inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art 17);
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art 17, II);
- 6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade

de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art 17, II).

#### Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.15. Indicação do Gestor e Fiscal do Contrato, conforme o art. 7 e 117 da lei nº 14.133/21:

- Gestor - Fausto Cesar Nogueira Cadete CPF 338432138-36, e
- Fiscal - Edson Gonçalves Borges CPF 333771858-28.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. Critérios de medição e pagamento

#### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os gêneros alimentícios poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo estipulado pelo Código de Defesa do Consumidor, após notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela em controversa, deverá ser observado o teor, com a comunicação ao contratado para emissão art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021 de Nota Fiscal/Fatura no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de para fins de liquidação, a dez dias úteis contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação especificada, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso.II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação de regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no .art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;



b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com abem como ocorrências impeditivas indiretas. Administração ou com o Poder Público, (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (bem como juros, artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 67.608/2023, c/c o artigo 1º do Decreto nº 32.117/1990) moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A. 7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da não sofrerá a Lei Complementar nº 123, de 2006, retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

## **8. Forma e critérios de seleção e regime**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva Sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>

8.7. Sociedade empresária: sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva Sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária : inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Agricultor familiar : Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do art. 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023;

8.13. Produtor Rural pessoa física : matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (artigos. 15 a 17 e 146);

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista.

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional;

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e nos termos da

Lei Complementar nº 214, de 2025, quando ao Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

#### Outras comprovações

8.25. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.25.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.25.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.25.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.25.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.25.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## 9. Estimativas do valor da contratação

**Valor (R\$):** 11.077,60

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 11.077,60 (onze mil e setenta e sete reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos na pesquisa de preços anexa.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela dotação a ser definida pela UGE 180362:

I) Gestão/Unidade:

II) Fonte de Recursos:

III) Programa de Trabalho:

IV) Elemento de Despesa: 33903010;

V) Plano Interno:

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro

(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FAUSTO CESAR NOGUEIRA CADETE**

Ch Log



*Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 16:12:27.*

**EDSON GONCALVES BORGES**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 15:10:18.*

## ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 -CPI-9

# Estudo Técnico Preliminar 86/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00173182/2026-19

## 2. Descrição da necessidade

Plano FEPOM COPA do 24º BPM/I (Gêneros Alimentícios).

2. Aquisição de gêneros alimentícios com intuito de seja atendida a demanda do 24º BPM/I e OPM subordinadas.

Realizar pequenas refeições ao longo do dia, de forma regular e equilibrada, pode ajudar a manter o metabolismo constante, a saciedade e o humor.

Benefícios das pequenas refeições:

- Reduz o risco de obesidade e de doenças cardiovasculares;
- Melhora a função cognitiva e a memória;
- Evita a compulsão;
- Mantém o metabolismo constante;
- Ajuda a regular o apetite;
- Melhora o perfil lipídico;
- Contribui para uma alimentação mais saudável e balanceada.

A alimentação intermediária está prevista no artigo 28 das I-34 PM.

*Artigo 28 - O Programa Copa destina-se a fornecer, mediante ressarcimento pecuniário, alimentação intermediária às refeições principais.*

## 3. Descrição dos Requisitos da Contratação

3. Modalidade: **Pregão Eletrônico** (Art. 6º, XLI da Lei 14.133/21), solicito a abertura de Pregão Eletrônico, pelo critério de Menor Preço por Item, para atendimento da UGE 180362, conforme cronograma do PCA 2026.

3.1. O licitante deverá atentar todos itens ofertados deverão estar de acordo com a **Resolução Rdc 263/05, Rdc 360-03, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 14/14, Rdc 271/05, Rdc 344/02, Rdc 150/17, Rdc 277/05, Rdc 07/11** e alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.

3.2. Declaro que o objeto licitatório é de natureza comum pois, conforme inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/21, os bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado e o objeto está de acordo com essas características.

3.3. O local de entrega, em remessa única e com NF, será na sede do 24º BPM/I.

Rua Odilon de Paula Gião, 105, Jardim Nova São João - São João da Boa Vista/SP - CEP 13874-140

Tel: (19) 3638-1150, e-mail: 24bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção Logística do 24º BPM/I	FAUSTO CESAR NOGUEIRA CADETE
Seção Logística do 24º BPM/I	EDSON GONÇALVES BORGES

## 5. Descrição da solução como um todo

### 5.1. DO PRAZO DE ENTREGA:

5.1.1. Os materiais deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos após a emissão na Nota de Empenho;

### 5.2. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:

5.2.1. Na ocasião da entrega os produtos deverão estar devidamente acondicionados em embalagens que permitam condições perfeitas de entrega, evitando-se perdas ou avarias, bem como não serão aceitos materiais com embalagens danificadas;

5.2.2. Não serão aceitos bens com embalagens danificadas;

5.2.3. Por ocasião da entrega, a contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, ou documento equivalente, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento;

5.2.4. Em caso de divergências existentes entre as especificações do item descrito no Sistema e as constantes do Termo de Referência, prevalecerão as descritas no Termo de Referência;

5.2.5. Constatadas irregularidades durante o recebimento do objeto, a Administração, por meio de notificação formal, via mensagem eletrônica (e-mail), constantes do cadastro da empresa no Sistema do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), informará a(s) divergência(s) constatada(s), sendo que o Contratante poderá:

5.2.5.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis:

5.2.5.1.1. Na hipótese de substituição, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantidos os preços inicialmente contratados;

5.2.5.1.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis:

5.2.5.1.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da Notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

### DA GARANTIA DO OBJETO:

5.3.1. A garantia do produto será estipulada pelo fabricante ou pelo prazo estipulado no artigo 25, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, devendo prevalecer o de maior período;

5.3.2. Durante o prazo de vigência da garantia, a CONTRATADA deverá refazer ou substituir, em 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE, os materiais que apresentarem defeito ou vícios de fabricação, excluindo-se os casos de comprovada incorreção do uso ou a inadequada manutenção por parte dos usuários.

### 5.4. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

5.4.1. O objeto será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos bens nos locais e endereços indicados, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

5.5. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DEFINITIVO:

5.5.1. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo, firmado pelo servidor responsável.

6. Levantamento de Mercado

6.1. a solução propostas é considerada viável, por ser fornecida por um número amplo de fornecedores, o que garante a participação de várias empresas e consequentemente a concorrência;

6.2 fora realizado o levantamento do mercado para obtenção de preços com contratações similares feitas por outros órgãos públicos, o que fora obtido conforme A PESQUISA DE PREÇOS do site oficial (Compras.gov.br), além de servir como base as pesquisas dos Sítios Eletrônicos Especializados (*websites*);

6.3. A pesquisa de preços que baliza a presente contratação foi estritamente fundamentada no nos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 incisos II do Art. 3º do Decreto Estadual nº 67.888/2023 e . Para a composição do valor de referência, foram utilizados dados de contratações similares recentes, garantindo a vantajosidade e a atualidade dos valores.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. As quantidades a serem adquiridas foram solicitadas para suprir as necessidades do 24º BPM/I:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UN. MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL MÉDIO (R\$)
1	Café Apresentação: Torrado Moído , Intensidade: Média , Tipo: Superior , Empacotamento: Vácuo , Prazo Validade Mínimo: 06 Meses	463582 (COMPRAS) 3248259 (BEC)	Caixa 500 Grama	184	31,88	5.865,92
2	Açúcar Tipo: Cristal , Coloração: Branca	603269 (COMPRAS) 4428790 (BEC)	Embalagem 5 Kg	25	17,94	448,42
3	Biscoito Sabor: Salgado , Tipo: Cream Cracker , Ingredientes: Farinha De Trigo Enriquecida Com Ferro E Acido	622355 (COMPRAS) 1314629 (BEC)	Pacote 500 Grama	150	10,40	1.559,50

4	Biscoito Milho , Tipo: Rosquinha , Ingredientes: Açúcar, Amido De Milho, Farinha De Trigo , Características Adicionais: Sem Recheio	477541 (COMPRAS)  4577060 (BEC)	Pacote  500 Grama	63	8,93	562,38
5	Biscoito Chocolate , Tipo: Rosquinha , Caract Adicionais: Sem Recheio	460241 (COMPRAS)  4577167 (BEC)	Pacote 500 Grama	60	9,75	584,80
6	Café Apresentação: Torrado Em Grão , Intensidade: Média , Tipo: Tradicional , Caract Adicional: Grãos Café Arábica	463572 (COMPRAS)  3317927 (BEC)	Pacote 1 Quilograma	25	82,26	2.056,58
TOTAL						R\$ 11.077,60

8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

8.1. O parcelamento da solução é tecnicamente viável, justificando-se em razão do objeto licitado ser divisível, e, não havendo prejuízo da solução, torna se economicamente exequível, permitindo assim a ampla participação de licitantes e, salvo raras exceções, tal fragmentação confronta o ganho obtido com a economia de escala e, por outro lado, sua serventia potencializa a competitividade e o melhor aproveitamento do mercado.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 11.077,60

9.1 O valor de contratação conforme Pesquisa de Preços é de R\$ 11.077,60 (onze mil setenta e sete reais e sessenta centavos) para o exercício de 2026.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. Este Estudo Técnico Preliminar está atrelado à contratação nº 180362-75/2025, DFD nº 338/25 do PCA 2026.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. Os itens previstos nesta contratação estão de acordo com o valor arrecadado no Programa FEPOM COPA, exercício 2026 e se vinculam à contratação nº 180362-75/2025, DFD nº 338/25 do PCA 2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. Assegurar uma refeição rápida e intermediaria às refeições principais aos Militares de serviço, objetivando melhorias em saúde física e mental.



### 13. Providências a serem Adotadas

13. Não serão necessárias providências para a adequação do ambiente do órgão nem capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização do contrato. A contratada deverá prever frentes de serviço, sequência de atividades e uso de equipamentos necessários para garantir a entrega dos produtos.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

14. Não existem impactos ambientais previstos.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de Logística do 24º BPM/I avalia como **viável** esta contratação.

### 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FAUSTO CESAR NOGUEIRA CADETE**

Ch log



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 11:34:52.

**EDSON GONCALVES BORGES**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 14:23:05.

ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 -CPI-9

Termo de Referência 157/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG

157/2026

Editado por

FABIO RODRIGO DA SILVA

Atualizado em

28/04/2026 12:08 (v 0.5)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00123683/2026-46

1. 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Administração Pública do Estado de São Paulo  
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE  
Termo de Referência - Aquisição - Licitação  
Versão atualizada em: 01/01/2026

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios para o 36º BPM/I (projeto FEPOM COPA), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Café Apresentação: Torrado Moído , Intensidade: Média , Tipo: Superior , Empacotamento: Vácuo , Prazo Validade Mínimo: 06 Meses	463582 (COMPRAS) 3248259(BEC)	Caixa 500 Grama	900	27,26	24.536,25
2	Açúcar Tipo: Cristal , Coloração: Branca	603269 (COMPRAS) 4428790(BEC)	Embalagem 5 Quilograma	500	16,09	8.045,90
3	Biscoito Sabor: Salgado , Tipo: Cream Cracker , Ingredientes: Farinha De Trigo Enriquecida Com Ferro E Acido	622355 (COMPRAS) 1314629(BEC)	Pacote 140 Grama	500	3,89	1.945,00
4	Biscoito Sabor: Milho , Tipo: Rosquinha , Ingredientes: Açúcar, Amido De Milho, Farinha De Trigo , Características Adicionais: Sem Recheio	477541 (COMPRAS) 4577060(BEC)	Pacote 500 Grama	485	8,95	4.339,54
5	Biscoito Sabor: Coco , Características Adicionais: Sem Recheio , Classificação: Doce , Aplicação: Alimentação Humana	292018 (COMPRAS) 4577159(BEC)	Pacote 500 Grama	400	7,04	2.815,64
6	Biscoito Sabor: Chocolate E Avelã , Tipo: Wafer , Características Adicionais: Com Recheio	402680 (COMPRAS) 5102804(BEC)	Pacote 140 Grama	400	3,64	1.456,12
TOTAL						R\$ 43.138,45

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O licitante deverá encaminhar, juntamente com a proposta de preços, ficha técnica, fotos em alta resolução, laudo laboratorial e certificado referente às análises do Item 1:

1.4.1. Microbiológica;

1.4.2. Físico-química;

1.4.3. Macroscópica e microscópica e micotoxinas;

1.4.4. Sensorial (fragrância, aroma, acidez, amargor, sabor, sabor residual, adstringência, corpo), com inclusão da nota para a qualidade global;

1.4.5. Granulométrica (moagem);

1.4.6. De torração;

1.4.7. Certificado de Pureza e Qualidade da ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café;

1.4.8. O laudo dos subitens “1.2.1.” até “1.2.6.” deve ser emitido por laboratório devidamente credenciado pelo Ministério da Agricultura e a pessoa que assina o laudo deve ter registro ativo ou inscrição ativa na entidade profissional competente;

1.4.9. O licitante deverá encaminhar o catálogo, folder ou ficha técnica dos produtos ofertados para análise preliminar;

1.5. O licitante deverá atentar os itens ofertados deverá estar de acordo com as Resoluções vigentes: Rdc 12/01, Rdc 360/03, Rdc 344/02, Rdc 263/05, Rdc 271/05, Rdc 259/02, Rdc 14/14, Res 028/07, Rdc 277/05, Rdc 07/11, Res SAA 30/07, Res SAA 31/07 e alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa;

1.6. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constata e do Estudo Técnico Preliminar, , elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023;

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023. 1.6. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

## **2. 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSID**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

## **3. 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CON**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

#### **3.1. DO PRAZO DE ENTREGA:**

3.1.1. Os materiais deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos após emissão da Nota de Empenho; a empresa fica obrigada a entregar os materiais, quando contratada, nas condições estabelecidas na Nota de Empenho. Será considerada efetivamente celebrada a contratação logo após a emissão da Nota de Empenho, iniciando-se a partir de tal data o prazo de entrega do objeto;

#### **3.2. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:**

3.2.1. Na ocasião da entrega os produtos deverão estar devidamente acondicionados em embalagens que permitam condições perfeitas de entrega, evitando-se perdas ou avarias, bem como não serão aceitos materiais com embalagens danificadas;

3.2.2. Não serão aceitos bens com embalagens danificadas;

3.2.3. Por ocasião da entrega, a contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, ou documento equivalente, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento;

3.2.4. Em caso de divergências existentes entre as especificações do item descrito no Sistema e as constantes do Termo de Referência, prevalecerão as descritas no Termo de Referência;

3.2.5. Constatadas irregularidades durante o recebimento do objeto, a Administração, por meio de notificação formal, via mensagem eletrônica (e-mail), constantes do cadastro da empresa no Sistema do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), informará a(s) divergência(s) constatada(s), sendo que o Contratante poderá;

3.2.5.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

3.2.5.1.1. Na hipótese de substituição, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantidos os preços inicialmente contratados;

3.2.5.1.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

3.2.5.1.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da Notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

### 3.3. DA GARANTIA DO OBJETO:

3.3.1. A garantia do produto será estipulada pelo fabricante ou pelo prazo estipulado no artigo 26, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, devendo prevalecer o de maior período;

3.3.2. Durante o prazo de vigência da garantia, a CONTRATADA deverá refazer ou substituir, em 05 (cinco) dias corridos, sem ônus para a CONTRATANTE, os materiais que apresentarem defeito ou vícios de fabricação, excluindo-se os casos de comprovada incorreção do uso ou a inadequada manutenção por parte dos usuários.

### 3.4. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

3.4.1. O objeto será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos bens nos locais e endereços indicados, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

### 3.5. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DEFINITIVO:

3.5.1. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo, firmado pelo servidor responsável.

## 4. 4. Garantia da contratação:

### 4. Garantia da contratação:

4.1. deixa-se de exigir a prestação de garantia contratual para a presente contratação, fazendo uso da faculdade prevista no caput do Artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, tal decisão fundamenta-se nos seguintes aspectos;

4.2. natureza do Objeto: Trata-se de aquisição de gêneros alimentícios, classificados como bens comuns, de baixa complexidade técnica e ampla oferta no mercado;

4.3. baixo Risco à Administração: O prazo de entrega é de apenas 30 (trinta) dias em remessa única, o que minimiza o risco de inadimplemento contratual prolongado que possa comprometer as atividades da Unidade;

4.4. ampla Competitividade: A dispensa da garantia visa desonerar os potenciais licitantes (especialmente micro e pequenas empresas), reduzindo os custos indiretos da proposta e estimulando a participação de um maior número de fornecedores, em busca da proposta mais vantajosa para o Erário;

4.5. custo-Benefício: O custo administrativo de gerir e custodiar uma garantia para um objeto de entrega rápida e valor estimado moderado não se justifica frente ao baixo risco operacional identificado na Matriz de Riscos (MR 124/2026).

## 5. 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

#### 5.1. Condições de Entrega:

5.2. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única;

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua João Picinini, nº 100, Jardim Laranjeiras, Limeira-SP, CEP 13484-458, na sede do Trigesimo Sexto Batalhão de Polícia Militar do Interior;

5.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior. Garantia, manutenção e assistência técnica;

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada, para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **6.6. Fiscalização:**

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). Fiscalização Técnica;

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art 17);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art 17, II);

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º). 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art 17, II). Fiscalização Administrativa;

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III);

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV);

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **6.9. Gestor do Contrato:**

- 6.10. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º);
- 6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e dopagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX);
- 6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos eaferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento deobrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII);
- 6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decretoestadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII);
- 6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento dasatividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único);
- 6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalizaçãodos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termosdo contrato;
- 6.16. Indicação do Gestor e Fiscal do Contrato, conforme o art. 7 e 117 da lei nº 14.133/21.

Gestor - Felicio Pellucci Junior CPF 270.386.998.-30

Fiscal - Fábio Rodrigo da Silva CPF 092.290.096-52

## **7. 7. Infrações e sanções administrativas**

7

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
1. der causa à inexecução parcial do contrato;
  2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  3. der causa à inexecução total do contrato;
  4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 7.2.4. Multa:
- 7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;
- 7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;
- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF;

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas;

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. 8. Critérios de medição e de pagamento**

### **8. Critérios de medição e de pagamento**

#### **Recebimento:**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento;

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

#### **Liquidação:**

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023);

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

8.9.1. o prazo de validade;

8.9.2. a data da emissão;

8.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.9.5. o valor a pagar; e

8.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023);

8.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante;

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

8.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa;

8.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.



**Prazo de pagamento:**

8.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023;

8.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

**Forma de pagamento:**

8.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A;

8.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008;

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

8.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores;

8.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

8.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 9. 9. Critérios de seleção do fornecedor

**9. Critérios de seleção do fornecedor****Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

**Forma de fornecimento:**

9.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

**Exigências de habilitação:**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 9, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica.

**Habilitação jurídica:**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.12. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do art. 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023;

9.13. Produtor Rural pessoa física: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (artigos. 15 a 17 e 146);

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quando ao Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira:**

9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

9.24. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.

#### **Outras comprovações:**

9.25. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

9.25.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.25.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.25.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.25.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

9.25.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.25.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.25.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## **10. 10. Estimativas do valor da contratação**

10. Estimativas do valor da contratação:

Valor (R\$): 43.138,459. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 43.138,45 ( quarenta e três mil, cento e trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## **11. 11. Adequação orçamentária**

11. Adequação orçamentária:

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

11.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela dotação a ser definida pela UGE 180362:

I) Gestão/Unidade:

II) Fonte de Recursos:

III) Programa de Trabalho:

IV) Elemento de Despesa: 339030-10;

V) Plano Interno:

11.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. 12. Disposições finais**

12. Disposições finais:

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## **13. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FABIO RODRIGO DA SILVA**

2º Sgt PM Auxiliar Seção de Materiais



*Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 10:30:11.*

**FELICIO PELLUCCI JUNIOR**

1º Ten PM Chefe Seção de Materiais



*Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 12:08:13.*

## ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 -CPI-9

**Estudo Técnico Preliminar 139/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 057.00123683/2026-46

**2. Descrição da necessidade**

Plano FEPOM COPA do 36º BPM/I (Gêneros Alimentícios).

2. Aquisição de gêneros alimentícios com intuito de seja atendida a demanda do 36º BPM/I e OPM subordinadas no 1º Semestre do exercício 2026.

Realizar pequenas refeições ao longo do dia, de forma regular e equilibrada, pode ajudar a manter o metabolismo constante, a saciedade e o humor.

Benefícios das pequenas refeições:

- Reduz o risco de obesidade e de doenças cardiovasculares;
- Melhora a função cognitiva e a memória;
- Evita a compulsão;
- Mantem o metabolismo constante;
- Ajuda a regular o apetite;
- Melhora o perfil lipídico;
- Contribui para uma alimentação mais saudável e balanceada.

A alimentação intermediária está prevista no artigo 28 das I-34 PM.

*Artigo 28 - O Programa Copa destina-se a fornecer, mediante ressarcimento pecuniário, alimentação intermediária às refeições principais.*

**3. Descrição dos Requisitos da Contratação**

3. A aquisição dos gêneros alimentícios será por meio da modalidade de Pregão Eletrônico, critério de julgamento Menor Preço, modo de disputa Aberto

3.1. O licitante deverá atentar todos itens ofertados deverão estar de acordo com a **Resolução Rdc 263/05, Rdc 360-03, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 14/14, Rdc 271/05, Rdc 344/02, Rdc 150/17, Rdc 277/05, Rdc 07/11** e alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.

3.2. Declaro que o objeto licitatório é de natureza comum pois, conforme inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/21, os bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado e o objeto está de acordo com essas características.

3.3. O local de entrega, em remessa única e com NF, será na sede do 36º BPM/I.

Rua João Picinini, nº 100, Jardim Laranjeiras, Limeira-SP, CEP 13484-458.

Tel: (19) 34435700, e-mail: 36bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br

A não inclusão do Documento de Formalização da Demanda (DFD) no Plano Anual de Contratações (PCA) de 2026 justifica-se pela imprevisibilidade da necessidade no momento da elaboração do referido plano, onde à época, não havia elementos fáticos que permitissem a elaboração da real necessidade, em razão da indisponibilidade dos valores repassados destinados à aquisição de gêneros alimentícios voltados ao

atendimento do programa FEPOM/COPA, que influem diretamente na quantidade de material a ser solicitado para atender a demanda do efetivo do 36º BPM/I e unidades subordinadas, tendo em vista ainda que anteriormente as aquisições dessa natureza eram realizadas de forma centralizada por este Grande Comando, sendo nesse exercício atribuído aos respectivos batalhões a elaboração de forma individualizada referente às suas próprias demandas.

#### 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Materiais do 36º BPM/I	FÁBIO RODRIGO DA SILVA
Seção de Materiais do 36º BPM/I	FELICIO PELLUCCI JUNIOR

#### 5. Descrição da solução como um todo

- 5.1. A aquisição do material por Pregão Eletrônico, critério de julgamento Menor Preço, modo de disputa Aberto é consideravelmente mais vantajosa e viável por diversas razões:
- 5.1.1. Especialização técnica;
  - 5.1.2. Eficiência operacional de logística;
  - 5.1.3. Economia de recursos;
  - 5.1.4. Flexibilidade e responsabilidade na entrega.

#### 6. Levantamento de Mercado

- 6.1. a solução propostas é considerada viável, por ser fornecida por um número amplo de fornecedores, o que garante a participação de várias empresas e consequentemente a concorrência;
- 6.2. fora realizado o levantamento do mercado para obtenção de preços com contratações similares feitas por outros órgãos públicos, o que fora obtido conforme o DOCUMENTO DE PESQUISA DE PREÇOS do site oficial (Compras.gov.br), além de servir como base os Sítios Eletrônicos Especializados (*websites*);
- 6.3. quanto à definição do método para estimativas de preços ou dos meios de previsão de preços referenciais, a pesquisa de preços foi realizada de acordo com o que preconiza a Lei 14.133 de 2021 e foram seguidos os parâmetros estabelecidos no artigo 3º do Decreto do Estado de São Paulo nº 67.888 de 17 de Agosto de 2023.

#### 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. As quantidades a serem adquiridas foram solicitadas para suprir as necessidades do 36º BPM/I.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	Café Apresentação: Torrado Moído , Intensidade: Média , Tipo:	463582	Caixa 500			

1	Superior , Empacotamento: Vácuo , Prazo Validade Mínimo: 06 Meses	(COMPRAS) 3248259(BEC)	Grama	900	27,26	24.536,25
2	Açúcar Tipo: Cristal , Coloração: Branca	603269 (COMPRAS) 4428790(BEC)	Embalagem 5 Quilograma	500	16,09	8.045,90
3	Biscoito Sabor: Salgado , Tipo: Cream Cracker , Ingredientes: Farinha De Trigo Enriquecida Com Ferro E Acido	622355 (COMPRAS) 1314629(BEC)	Pacote 140 Grama	500	3,89	1.945,00
4	Biscoito Sabor: Milho , Tipo: Rosquinha , Ingredientes: Açúcar, Amido De Milho, Farinha De Trigo , Características Adicionais: Sem Recheio	477541 (COMPRAS) 4577060(BEC)	Pacote 500 Grama	485	8,95	4.339,54
5	Biscoito Sabor: Coco , Características Adicionais: Sem Recheio , Classificação: Doce , Aplicação: Alimentação Humana	292018 (COMPRAS) 4577159(BEC)	Pacote 500 Grama	400	7,04	2.815,64
6	Biscoito Sabor: Chocolate E Avelã , Tipo: Wafer , Características Adicionais: Com Recheio	402680 (COMPRAS) 5102804(BEC)	Pacote 140 Grama	400	3,64	1.456,12
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 43.138,45</b>

## 8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

8.1. Esclareça-se que examinando o objeto do presente Processo Licitatório entende-se a justificativa do seu parcelamento, pois existem poucos itens e com especificações únicas, com validade menor que de 6 meses, posto que o parcelamento, conforme o Art. 40, § 1º inciso I, da Lei nº 14133/2021, os produtos devem conter informações como especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 43.138,45

9. O valor de contratação estimado é de R\$ 43.138,45 (quarenta e três mil e cento e trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos).

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. Não há necessidade de apresentação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição dos gêneros alimentícios pretendidos fundamenta-se na necessidade de garantir a segurança alimentar e o suporte nutricional adequado aos operadores de segurança pública. O investimento visa assegurar que o efetivo disponha de aporte energético compatível com o desgaste físico e mental da função, dividindo-se em três pilares principais:

### 12.1. Desempenho Operacional e Prontidão

A atividade policial é caracterizada por períodos de prontidão intercalados com picos de alta demanda física e estresse agudo. A nutrição adequada é o combustível essencial para a manutenção das funções vitais e cognitivas.

- **Capacidade Cognitiva:** Níveis glicêmicos estáveis são fundamentais para a manutenção da atenção, do raciocínio lógico e da rapidez na tomada de decisão em situações de risco.
- **Vigor Físico:** O fornecimento regular de macronutrientes garante a reposição de glicogênio muscular, prevenindo a fadiga precoce e garantindo a precisão técnica em intervenções operacionais.

### 12.2. Saúde Ocupacional e Continuidade do Serviço

O fornecimento de alimentação balanceada e de qualidade no ambiente de trabalho atua como um fator de proteção à saúde do servidor, mitigando riscos típicos da rotina operacional.

- **Saúde Física:** A oferta de alimentos adequados auxilia na prevenção de doenças metabólicas (como diabetes e hipertensão) e distúrbios gastrointestinais, comuns em profissionais que possuem horários de refeição irregulares.
- **Saúde Mental e Bem-Estar:** O acesso a refeições regulares e nutricionalmente completas contribui para o equilíbrio hormonal e a redução da irritabilidade e do estresse crônico associados à privação alimentar ou má nutrição.
- **Impacto Financeiro:** A garantia da subsistência no local de trabalho ou em operações reduz a necessidade de deslocamentos externos do efetivo e minimiza o absenteísmo por doenças relacionadas a hábitos alimentares precários, otimizando o emprego do recurso humano.

### 12.3. Dignidade e Sustentabilidade Funcional

A alimentação é um direito fundamental e um componente básico da dignidade do trabalhador. Conforme preconizado pela **Organização Mundial da Saúde (OMS)** e pelas diretrizes de Segurança Alimentar e Nutricional, o acesso a alimentos seguros e nutritivos é a estratégia preventiva mais eficaz para a manutenção da capacidade funcional a longo prazo. O investimento assegura que o Estado provê as condições mínimas necessárias para que o servidor desempenhe sua missão constitucional com o suporte físico indispensável à sua integridade.

## 13. Providências a serem Adotadas

13. Não há necessidade/risco de providências posterior.



## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14. Não existem impactos ambientais previstos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas informações levantadas ao longo do estudo técnico preliminar, a equipe de planejamento declara que a contratação é viável, cujo parecer é referenciado pelos titulares da área beneficiária, da área especialista na solução e da autoridade competente.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FABIO RODRIGO DA SILVA**

2º Sgt PM Auxiliar Seção de Materiais



*Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 14:47:40.*

**FELICIO PELLUCCI JUNIOR**

1º Ten PM Chefe Seção Materiais



*Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 08:07:10.*

## ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 -CPI-9

# Aquisição de gêneros alimentícios Fepom Copa 37ºBPM/I 65/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
65/2026	180362-ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 -CPI-9	MARCELO RODRIGUES DE CAMARGO	25/03/2026 09:00 (v 0.8)
Status	DISPONIBILIZADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00122979/2026-81

## Condições gerais da contratação

1. Condições gerais da contrataçãoAdministração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Termo de Referência - Aquisição - Licitação

Versão atualizada em: 01/01/2026.

### CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.Aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento das unidades policiais militares subordinadas ao 37ºBPM/I, no âmbito do Programa FEPOM COPA – 1º semestre do exercício de 2026, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

Material	BEC	ComprasSP	UF	Quantidade	Valor médio	Valor Total
Rosquinha de coco	4577159	292018	648	216	R\$ 4,60	R\$ 993,60
Wafer chocolate	5102804	402680	568	40	R\$ 3,51	R\$ 140,40
Cream Cracker	1323806	232930	708	117	R\$ 4,52	R\$ 528,84
Margarina minimo 80% lipidios	4595742	463699	490	15	R\$ 7,65	R\$ 114,75
Coador cafe descartavel	4103769	237589	68	129	R\$ 3,85	R\$ 496,65
Café Superior	3248259	463582	187	547	R\$ 28,49	R\$ 15.584,03

					TOTAL	R\$ 17.858,27

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item constante do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecerão as disposições estabelecidas neste instrumento.
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023, que regulamenta o processo de contratação no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns de consumo, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato e emissão da respectiva Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prazo considerado suficiente para a entrega integral dos materiais.
- 1.5. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à execução e vigência da contratação.

SUBCONTRATAÇÃO

- 1.6. O contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual, sem prévia autorização da Administração.

2. Fundamentação e descrição

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação, bem como a definição dos quantitativos estimados, encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, documento que integra a fase de planejamento da contratação e que demonstrou a viabilidade técnica, operacional e econômica da solução proposta.
- 2.2. O objeto da contratação encontra-se alinhado ao Planejamento de Contratações Anual (PCA) da Administração Pública do Estado de São Paulo, em conformidade com o disposto no Decreto estadual nº 67.689, de 03 de maio de 2023, estando relacionado às demandas de suprimento de gêneros alimentícios no âmbito do Programa FEPOM COPA – exercício de 2026.
- 2.3. A execução do objeto tem origem no DFD Nº 338/2025 que instruiu o presente processo administrativo, o qual identificou a necessidade de aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das unidades policiais militares subordinadas ao CPI- 9, no âmbito do Programa FEPOM COPA – 1º semestre de 2026, podendo integrar oferta de compra unificada conduzida pelo CPI- 9, conforme orientação do escalão superior.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4. Requisitos da contratação

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados, sempre que possível, princípios e práticas de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, tais como:

- 4.1.1. utilização de embalagens adequadas que reduzam impactos ambientais;
- 4.1.2. observância das normas sanitárias e ambientais aplicáveis;
- 4.1.3. destinação adequada de resíduos provenientes das embalagens dos produtos.

#### Indicação de marcas ou modelos

(Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.2. Os itens a serem fornecidos deverão atender às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, observando padrões de qualidade usuais de mercado, bem como as normas sanitárias e regulamentações aplicáveis à comercialização de gêneros alimentícios.

#### Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não haverá indicação ou vedação de marcas ou modelos específicos, devendo os produtos ofertados atender às características e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo padrão de qualidade adequado ao consumo.

#### Da exigência de amostra(s)

4.4. Não haverá solicitação de amostras.

4.5. Após o encerramento da fase de disputa, a empresa provisoriamente vencedora poderá ser instada a apresentar informações técnicas ou documentação complementar dos produtos ofertados, quando necessário, para verificação da conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

#### Da exigência de carta de solidariedade

4.6. Não será exigida carta de solidariedade do fabricante, considerando tratar-se de aquisição de bens comuns de consumo, amplamente disponíveis no mercado.

#### Garantia da contratação

4.7. Não será exigida garantia da contratação, tendo em vista tratar-se de aquisição de bens comuns de consumo, de baixo risco contratual e execução imediata, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, entendimento também adotado em contratações similares da Administração Pública.

4.8. A qualidade dos produtos fornecidos deverá atender às especificações estabelecidas neste Termo de Referência e às normas sanitárias aplicáveis, podendo a Administração recusar produtos que apresentem:

4.8.1. prazo de validade incompatível com o consumo;

4.8.2. embalagem danificada ou inadequada;

4.8.3 características em desacordo com as especificações estabelecidas.

4.9. O contrato disciplinará as condições aplicáveis à execução do objeto, incluindo responsabilidades da contratada quanto à substituição de produtos entregues em desacordo com as especificações estabelecidas.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho.

5.2. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 03 (três) dias, apresentando justificativa fundamentada para análise de eventual prorrogação de prazo, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no local indicado pela Administração, conforme definido no processo de contratação ou no instrumento contratual, considerando as necessidades das unidades policiais militares participantes da contratação no âmbito do Programa FEPOM COPA – 1º semestre de 2026.

5.4. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagens adequadas, que garantam a integridade, conservação e qualidade dos itens durante o transporte e armazenamento.

5.5. Não serão aceitos produtos que apresentem:

5.5.1. embalagens danificadas ou violadas;

5.5.2. prazo de validade incompatível com o período de consumo;

5.5.3 características em desacordo com as especificações deste Termo de Referência.

#### Garantia e qualidade dos produtos

5.6. Os produtos fornecidos deverão atender às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, bem como às normas sanitárias vigentes aplicáveis aos gêneros alimentícios.

5.7. Caso sejam identificados produtos em desacordo com as especificações estabelecidas, a Administração poderá recusar o recebimento, devendo a contratada providenciar a substituição ou complementação dos itens no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sem ônus para a Administração.

5.8. A responsabilidade pela qualidade, acondicionamento e transporte dos produtos até o local de entrega será integralmente da contratada, que deverá assegurar que os itens sejam entregues em condições adequadas para consumo.

## 6. Modelo de gestão do contrato

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e com as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, sendo tais circunstâncias registradas mediante apostilamento.
- 6.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica oficial para esse fim.
- 6.4. A Administração poderá convocar representante da empresa contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização e as condições de execução do objeto, contendo informações acerca:
- 6.5.1. das obrigações contratuais;
  - 6.5.2. dos mecanismos de fiscalização;
  - 6.5.3. das estratégias para execução do objeto;
  - 6.5.4. do método de aferição dos resultados;
  - 6.5.5. das sanções aplicáveis, entre outros aspectos relevantes para a execução da contratação.

### Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

### Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do objeto, verificando se os bens fornecidos atendem às especificações estabelecidas neste Termo de Referência e às condições contratuais, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7.1. O fiscal técnico registrará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, indicando as medidas necessárias para a regularização de eventuais irregularidades.
- 6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificação à contratada para correção da execução do contrato, estabelecendo prazo para regularização.
- 6.7.3. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência.
- 6.7.4. Caso ocorram fatos que possam comprometer o cumprimento dos prazos estabelecidos, o fiscal técnico informará imediatamente o gestor do contrato.
- 6.7.5. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato o término do contrato sob sua responsabilidade, visando a adoção de providências necessárias quanto à continuidade ou encerramento da contratação.

### Fiscalização Administrativa

- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará os procedimentos relacionados ao empenho, liquidação e pagamento da despesa, bem como eventuais apostilamentos ou termos aditivos.
- 6.8.1. Constatado descumprimento de obrigações contratuais, o fiscal administrativo adotará as providências necessárias e comunicará o gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis.
- 6.8.2. Sempre que solicitado pela Administração, a contratada deverá comprovar o cumprimento das exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes, nos termos da legislação aplicável.

### Gestor do Contrato

- 6.10. O gestor do contrato coordenará o acompanhamento da execução contratual, mantendo atualizado o histórico de gerenciamento do contrato com todos os registros formais relacionados à execução do objeto.
- 6.11. O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, adotando as medidas necessárias quando identificadas situações que demandem intervenção administrativa.
- 6.12. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de liquidação e pagamento da despesa.
- 6.13. O gestor emitirá documento de avaliação da execução contratual, com base nos registros realizados pelos fiscais técnico e administrativo, indicando eventual aplicação de penalidades.
- 6.14. O gestor adotará as providências necessárias para instauração de processo administrativo de responsabilização quando constatadas infrações contratuais.
- 6.15. Ao final da execução contratual, o gestor elaborará relatório final contendo informações sobre o cumprimento do objeto contratado e eventuais recomendações para aprimoramento das futuras contratações.
- 6.16. O gestor encaminhará a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento da despesa.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

#### Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.
- 7.2. Os gêneros alimentícios poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituídos pela contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à quantidade, qualidade ou especificação dos itens, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a contratada emitir nota fiscal correspondente apenas à parcela incontroversa para fins de liquidação e pagamento.
- 7.5. O prazo para solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou documento equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.
- 7.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela qualidade dos produtos fornecidos, nem sua responsabilidade pela perfeita execução do objeto contratual.

#### Liquidação

- 7.7. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, contados do seu recebimento pela Administração, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa, quando houver necessidade de diligências para verificação do cumprimento das obrigações contratuais.
- 7.7.1. O prazo referido poderá ser reduzido à metade, mantida a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou documento de cobrança apresentado contém os elementos necessários, tais como:
- 7.8.1. identificação do fornecedor;
- 7.8.2. dados do contrato ou da nota de empenho;
- 7.8.3. descrição dos itens fornecidos;
- 7.8.4. valor a pagar;
- 7.8.5. eventual destaque de retenções tributárias aplicáveis.
- 7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará suspensa até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a regularização da situação.
- 7.10. A nota fiscal deverá estar acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, verificada mediante consulta ao SICAF ou por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.11. Constatada irregularidade fiscal da contratada, esta será notificada para regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

#### Prazo de pagamento

- 7.12. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que concluída a fase de liquidação da despesa, nos termos do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.
- 7.13. Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, acrescidos de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, conforme legislação vigente.

#### Forma de pagamento

- 7.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, mediante depósito em conta corrente em nome da contratada, mantida em instituição financeira oficial.
- 7.15. Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da contratada no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL.
- 7.16. O contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar as retenções tributárias previstas na legislação vigente.
- 7.17. Caso a contratada seja optante pelo Simples Nacional, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação de enquadramento nesse regime tributário, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

## 8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de fornecimento

8.1. O fornecimento do objeto será realizado de forma integral, conforme quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência, visando atender às necessidades das unidades policiais militares no âmbito do Programa FEPOM COPA – 1º semestre de 2026.

### Exigências de habilitação

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanções que impeçam a participação do fornecedor no processo de contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

- a) SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções, do Estado de São Paulo (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- f) Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>);
- g) Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

8.3. A consulta aos cadastros especificados na alínea “d” do item anterior será realizada também em nome dos sócios majoritários da pessoa jurídica, em observância ao artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções aplicáveis ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público.

8.4. Caso conste na consulta de situação do interessado a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar eventual ocorrência de fraude ou tentativa de burla às sanções administrativas aplicadas.

8.5. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, nos termos da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7. É dever do interessado manter atualizada a documentação constante no SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, os documentos atualizados necessários à verificação das condições de habilitação.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ ou CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

## 9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 17.858,27

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ (dezessete mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e sete centavos), conforme custos unitários apostos na pesquisa de preços anexa.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado de São Paulo, destinados ao atendimento das demandas relacionadas ao Programa FEPOM COPA – exercício de 2026.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

10.2.1. Gestão/Unidade: 180362 – Comando de Policiamento do Interior – CPI-9

10.2.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.10 – Gêneros Alimentícios

Piracicaba, 23 de março de 2026.

## 1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCELO RODRIGUES DE CAMARGO**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 25/03/2026 às 08:52:52.*

**GUSTAVO CARLOS FERNANDES**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 25/03/2026 às 08:55:30.*



## ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 -CPI-9

**Estudo Técnico Preliminar 133/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 057.00122379/2026-81

**2. Descrição da necessidade**

Plano FEPOM COPA do 37º BPM/I (Gêneros Alimentícios).

2. Aquisição de gêneros alimentícios com intuito de seja atendida a demanda do 37º BPM/I e OPM subordinadas.

Realizar pequenas refeições ao longo do dia, de forma regular e equilibrada, pode ajudar a manter o metabolismo constante, a saciedade e o humor.

Benefícios das pequenas refeições:

- Reduz o risco de obesidade e de doenças cardiovasculares;
- Melhora a função cognitiva e a memória;
- Evita a compulsão;
- Mantém o metabolismo constante;
- Ajuda a regular o apetite;
- Melhora o perfil lipídico;
- Contribui para uma alimentação mais saudável e balanceada.

A alimentação intermediária está prevista no artigo 28 das I-34 PM.

*Artigo 28 - O Programa Copa destina-se a fornecer, mediante ressarcimento pecuniário, alimentação intermediária às refeições principais.*

**3. Descrição dos Requisitos da Contratação**

3. A aquisição dos gêneros alimentícios será por meio da modalidade de licitação Pregão Eletrônico, conforme nova Lei de Licitações, tipo menor preço.

3.1. O licitante deverá atentar todos itens ofertados deverão estar de acordo com a **Resolução Rdc 263/05, Rdc 360-03, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 14/14, Rdc 271/05, Rdc 344/02, Rdc 150/17, Rdc 277/05, Rdc 07/11** e alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.

3.2. Declaro que o objeto licitatório é de natureza comum pois, conforme inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/21, os bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado e o objeto está de acordo com essas características.

3.3. O local de entrega, em remessa única e com NF, será na sede do 37º BPM/I.

Rodovia Washington Luis KM 172, Jardim Anhanguera - Rio Claro/SP - CEP 13500-600

Tel: (19) 3531-6350, e-mail: 37bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção Logística do 37º BPM/I	GUSTAVO CARLOS FERNANDES
Seção Logística do 37º BPM/I	MARCELO RODRIGUES DE CAMARGO

5. Descrição da solução como um todo

- 5.1. A aquisição do material por pregão eletrônico é consideravelmente mais vantajosa e viável por diversas razões:
- 5.1.1. Especialização técnica;
  - 5.1.2. Eficiência operacional de logística;
  - 5.1.3. Economia de recursos;
  - 5.1.4. Flexibilidade e responsabilidade na entrega.

6. Levantamento de Mercado

- 6.1. a solução propostas é considerada viável, por ser fornecida por um número amplo de fornecedores, o que garante a participação de várias empresas e consequentemente a concorrência;
- 6.2 fora realizado o levantamento do mercado para obtenção de preços com contratações similares feitas por outros órgãos públicos, o que fora obtido conforme o DOCUMENTO DE PESQUISA DE PREÇOS do site oficial (Compras.gov.br), além de servir como base os Sítios Eletrônicos Especializados (*websites*);
- 6.3. quanto à definição do método para estimativas de preços ou dos meios de previsão de preços referenciais, a pesquisa de preços foi realizada de acordo com o que preconiza a Lei 14.133 de 2021 e foram seguidos os parâmetros estabelecidos no artigo 3º do Decreto do Estado de São Paulo nº 67.888 de 17 de Agosto de 2023.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. As quantidades a serem adquiridas foram solicitadas para suprir as necessidades do 37º BPM/I.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	BISCOITO DOCE S/RECHEIO TIPO ROSQUINHA DE COC	292018  (COMPRAS)  4577159  (BEC)	Pacote 350 Gramas	216	R\$ 4,60	R\$ 993,60
		402680				

2	BISCOITO DOCE WAFER, RECHEIO SABOR CHOCOLATE COM AVELA	(COMPRAS) 5102804 (BEC)	Pacote 140 Grama	40	R\$ 3,51	R\$ 140,40
3	BISCOITO C/SAL, CREAM CRACKER	(COMPRAS) 232930 1323806 (BEC)	Pacote 400 Grama	117	R\$ 4,52	R\$ 528,84
4	MARGARINA COM SAL, SEM GORDURA TRANS, TEOR DE LIPÍDIOS MÍNIMO DE 80%	(COMPRAS) 463699 4595742 (BEC)	Pote 500 Grama	15	R\$ 7,65	R\$ 114,75
5	FILTRO DE PAPEL,CELULOSE,P /CAFE TRADICIONAL, TAMANHO 102,54G/M2,BRANCO	(COMPRAS) 237589 4103769 (BEC)	Caixa com 30 unidades	129	R\$ 3,85	R\$ 496,65
6	CAFE ESPECIAL SUPERIOR, TORRADO, MOIDO, EMBALAGEM A VACUO	(COMPRAS) 463582 3248259 (BEC)	Pacote 500 gramas	547	R\$ 28,49	R\$ 15.584,03
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 17.858,27</b>

## 8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

8.1. Esclareça-se que examinando o objeto do presente Processo Licitatório entende-se a justificativa do seu parcelamento, pois existem poucos itens e com especificações únicas, com validade menor que de 6 meses, posto que o parcelamento, conforme o Art. 40, § 1º inciso I, da Lei nº 14133/2021, os produtos devem conter informações como especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 17.858,27

9. O valor de contratação estimado é de R\$ 17.858,27 (dezessete mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e sete centavos).

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. Não há necessidade de apresentação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. Assegurar uma refeição rápida e intermediária às refeições principais aos Militares de serviço, objetivando melhorias em saúde física e mental.

## 13. Providências a serem Adotadas

13. Não há necessidade/risco de providências posterior.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14. Não existem impactos ambientais previstos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**MARCELO RODRIGUES DE CAMARGO**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 11:32:02.

**GUSTAVO CARLOS FERNANDES**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 16:57:16.*



# Governo do Estado de São Paulo

## NOTA DE EMPENHO - SIAFEM -

UG			
Gestão			
Data de Emissão			

CNPJ/CPF/UG			
Credor			
Endereço			
Cidade		UF	CEP

Origem Material	
-----------------	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES

No Processo		Acordo	
Tipo de Empenho		Ref Dispensa	
Licitação		Modalidade	
Empenho Orig.		Nº Contrato	Nº OC

Valor do Empenho R\$	
----------------------	--

Cronograma					
	<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>	Mês	Valor		
Mês	Valor				

Item:	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

\_\_\_\_\_  
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	
--------------------------	--

**SEDE DO COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR NOVE – CPI-9**

A entrega dos materiais deverá ser realizada na Rua Américo Vespúcio n° 438, Bairro São Luis, Piracicaba-SP, CEP: 13405-374. e-mail: [cpi9logisitica@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:cpi9logisitica@policiamilitar.sp.gov.br) Tel: (19) 3421-4515 ramal 2042/2044.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	3248259 Café: Tipo: Superior Torrado e Moído	463582	Pacote 500 gr	965		
2	44287910 – Açúcar Cristal	603269	Embalagem 1 Kg	354		
TOTAL						R\$

**SEDE DO 10ºBAEP**

A entrega dos materiais deverá ser realizada na Rua Maringá, n° 450, Pq Taquaral, Piracicaba/SP, CEP: 13423-514, - Setor de Logística e-mail: [10baepp4@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:10baepp4@policiamilitar.sp.gov.br) Tel: (19) 3424-1521.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
3	4577582 - Biscoito Tipo Amanteigado	625251	Pacote 280 gr	400		
4	4575342 - Torrada Salgada	467288	Pacote 142 gr	400		
5	5300355 - Paçoca	462646	Embalagem 1 Kg	5		
6	4428692 - Açúcar Refinado	463996	Embalagem 1 Kg	200		
7	5410762 - Café Torrado Moído, Tipo 8	618302	Caixa 250 gr	424		
8	3248275 - Café Torrado em Grão	463572	Embalagem 1 Kg	10		
9	6001947 - Adoçante	625668	Frasco 100 mililitro	10		
10	6251048 - Coador Descartável Café	380323	Caixa 30 un	50		
11	6283381 - Talher Descartável, Tipo mexedor de café	355015	Caixa 1000 un	2		
12	4525930 - Chá, Tipo Chá Mate	236613	Caixa 250 gr	11		

TOTAL						R\$
<b>SEDE DO 24ºBPM/I</b> A entrega dos materiais deverá ser realizada na Rua Odilon de Paula Gião, 69, Nova São João, São João da Boa Vista SP e-mail: <a href="mailto:24bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br">24bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br</a> Tel: (19) 36331186.						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
13	3248259 - Café Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Média, Tipo: Superior.	463582	Pacote 500 gr	184		
14	4428790 - Açúcar Tipo: Cristal, Coloração: Branca	603269	Embalagem 5 Kg	25		
15	1314629 - Biscoito Sabor: Salgado, Tipo: Cream Cracker	622355	Pacote 500 gr	150		
16	4577060 - Biscoito Milho, Tipo: Rosquinha	477541	Pacote 500 gr	63		
17	4577167 - Biscoito Chocolate, Tipo: Rosquinha	460241	Pacote 500 gr	60		
18	3317927 - Café Apresentação: Torrado Em Grão, Intensidade: Média, Tipo: Tradicional	463572	Embalagem 1 Kg	25		
TOTAL						R\$
<b>SEDE DO 36ºBPM/I</b> A entrega dos materiais deverá ser realizada na Rua João Picinini, 100, Jardim Laranjeiras, Limeira/SP e-mail: <a href="mailto:36bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br">36bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br</a> Tel: (19) 3443-5701.						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
19	3248259 - Café Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Média, Tipo: Superior.	463582	Pacote 500 gr	900		
20	4428790 - Açúcar Tipo: Cristal, Coloração: Branca	603269	Embalagem 5 Kg	500		
21	1314629 - Biscoito Sabor: Salgado, Tipo: Cream Cracker	622355	Pacote 140 gr	500		
22	4577060 - Biscoito Milho, Tipo: Rosquinha	477541	Pacote 500 gr	485		
23	4577159 - Biscoito Sabor: Coco	292018	Pacote 500 gr	400		
24	5102804 - Biscoito Sabor: Chocolate e Avelã, Tipo: Wafer	402680	Pacote 140 gr	400		
TOTAL						R\$



## SEDE DO 37ºBPM/I

A entrega dos materiais deverá ser realizada na Rodovia Washington Luiz KM 172 Jardim Anhanguera, Rio Claro - SP, CEP: 13501-600. e-mail: [37bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:37bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br) Tel: (19) 35249898.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
25	4577159 - Biscoito Sabor: Coco	292018	Pacote 500 gr	216		
26	5102804 - Biscoito Sabor: Chocolate e Avelã Tipo: Wafer	402680	Pacote 140 gr	40		
27	1323806 - Biscoito Sabor: Salgado, Tipo: Cream Cracker	232930	Pacote 140 gr	117		
28	4595742 - Margarina Mínimo 80% Lípidios	463699	Pote 500gr	15		
29	4103769 – Coador Descartável	237589	Caixa 30 Un	129		
30	3248259 - Café Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Média, Tipo: Superior.	463582	Pacote 500 gr	547		
TOTAL						R\$

**ANEXO IV**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**ANEXO V.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

*(em papel timbrado do licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal) |